

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	3
Título: Curtas	3
Título: Novo regime trabalhista virá junto com reforma	3
Título: Petrobras vê acordo com União na cessão onerosa perto do desfecho.....	5
Título: Destaques	11
Título: Odebrecht terá fatia menor na Lyondell	11
Título: Braskem está perto de fechar leniência com AGU e CGU	13
Título: Petrobras pretende rever dividendos trimestrais.....	14
Título: Curtas	16
Título: Vale teria sido alertada sobre barragem	17
Título: MG suspende barragem de Laranjeiras.....	18
Título: Novo imbróglio no processo de recuperação da Abengoa.....	19
Título: Destaques	21
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	22
Título: Doria escolhe ex-Comgás para agência do setor	22
Título: Só fiscalizar barragens não resolve	23
Título: Bolsa cai 3,74% com Previdência e Vale.....	25
Título: Vale já perdeu R\$ 70,6 bi em valor de mercado	26
Título: Tragédia de Brumadinho paralisa venda de ativo de R\$ 1 bi da Usiminas.....	27
Título: Troca de e-mails indica que Vale sabia de problema em sensores de barragem	29
Título: Sobreviventes relatam suposto vazamento	31
Título: Fracassa acordo de empresa com Promotoria	32
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	33

Título: Agência promete fim de barragens como a de Brumadinho e aponta lobby.....	33
Título: Sirenes de alerta intactas contrariam versão inicial da Vale em Brumadinho	35
Título: Órgãos querem que Vale assine termo de pagamento imediato	37
Título: Empresa diz que vai deixar de extrair minério em barragens desativadas	37
Título: 'Acidentes talvez não fossem evitáveis, mas tragédias, sim'	38
Título: Engenheiro diz ter sido pressionado a certificar barragem.....	41
VEÍCULO: O Globo	41
Título: Sensores com defeito	41
Título: 'Todas as barragens de rejeito são perigosas'	43
Título: Novos projetos de lei vão de erva-mate a animais domésticos	44
Título: Witzel pediu relatório técnico sobre condições de sete barragens do estado.....	45
Título: Justiça nega retomada de mina da Vale no Pará	46
Título: Temor de atraso em reforma faz Bolsa despencar	47
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	48
Título: E-mails indicam: Vale sabia de falha em sensores	48
Título: Gasolina volta a subir no DF	50
Título: A água está acabando?.....	51
Título: MP quer interdição total da Barragem do Paranoá	53

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 07/02/2019**Seção:** Brasil**Autor:****Título:** Curtas

Abastecimento

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) informou que retomará as reuniões semanais para avaliar as condições de abastecimento do país tendo em vista o registro de chuvas abaixo da média histórica. O primeiro encontro extraordinário do colegiado, que se reúne tradicionalmente uma vez por mês, será realizado amanhã.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 07/02/2019**Seção:** Política**Autor:** Claudia Safatle | De Brasília**Título:** Novo regime trabalhista virá junto com reforma

A proposta do governo para a reforma da Previdência incluirá, também, um novo regime trabalhista. Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, se aprovado o projeto de emenda constitucional (PEC) da Previdência, coexistirão, no mercado de trabalho, os dois sistemas: o novo, desconstitucionalizado, desregulamentado e com maior oferta de empregos; e o atual, inspirado na "Carta del Lavoro" (de Benito Mussolini), com a Justiça do Trabalho, os sindicatos e poucos empregos. Os jovens terão a oportunidade de escolher.

Para expor suas ideias, o ministro chamou o velho regime de "porta da esquerda", onde prevaleceriam os "muitos direitos e poucos empregos". O novo seria a "porta da direita", com menos direitos e muitos empregos. A sociedade brasileira poderá comparar os dois.

Ele aposta que o regime opcional para os jovens entrantes no mercado de trabalho fará com que se ateste as vantagens de regras menos rígidas a respeito de dos direitos existentes hoje.

Na carteira de trabalho "verde e amarela" prevalecerá o contrato individual. Serão mantidos os direitos constitucionais (férias anuais de 30 dias, descanso semanal, 13º salário, bonificação de férias). Já os benefícios agregados aos contratos de trabalho por força de acordos sindicais - como valor do vale-transportes e do vale-refeição - podem ser subtraídos; e contenciosos entre

patrões e empregados devem ser resolvidos na Justiça comum. Com o tempo, a Justiça do Trabalho perderia sua clientela.

O ministro salientou que a proposta de reforma previdenciária e trabalhista ainda não foi aprovada pelo presidente Jair Bolsonaro. Adiantou, porém, que espera da proposta final do governo uma economia nos próximos 10 a 15 anos, de ao menos R\$ 1 trilhão.

As alternativas estão sob análise. Bolsonaro sugeriu, inicialmente, idade mínima de 57 anos para mulheres e 62 anos para os homens se aposentarem. Essa hipótese não comporta transição, disse Guedes. Ele prefere idades iguais de 65 anos para homens e mulheres e admite abater um ano da idade mínima da mulher para cada filho. Essa conta tem que ser limitada para que não se incentive uma explosão demográfica no futuro.

Candidata a ser enviada ao Congresso tão logo a reforma previdenciária e trabalhista tiver sido aprovada, o ministro quer fazer uma reforma tributária "forte, drástica". Dos 54 impostos e contribuições deverão sobrar uns seis ou sete, disse.

No âmbito federal vários impostos deverão ser unificados em um só que será compartilhado com Estados e municípios. Este imposto pode incidir tecnicamente sobre valor adicionado, mas sua cobrança se daria sobre transação financeira. Guedes assegurou que não se trata do retorno da CPMF. "Tudo isso sendo estudado", disse ele, durante jantar com jornalistas e empresários, na terça-feira, patrocinado pelo site "Poder 360".

A carga tributária no Brasil já foi de 18% do PIB, citou ele. Ela assumiu uma trajetória crescente até chegar a 36% do PIB, para financiar o aumento sistemático do gasto público. O objetivo do ministro da Economia é, partindo dos atuais 35% do PIB, chegar a 30% do PIB até o fim deste governo. Na sua visão, a carga poderia cair para 25% em 8 anos e em três décadas voltaria aos 18% do PIB. A simplificação e redução dos impostos precederá a abertura da economia, reiterou.

Ele mantém a meta de "zerar" o déficit primário este ano, estimado em R\$ 139 bilhões.

"Vamos nos virar. Eu vou de cessão onerosa, de privatização, de devolução de caixa", disse.

Os ministérios da Economia e de Minas e Energia, assim como a Petrobras e o Tribunal de Contas da União (TCU) estão trabalhando para encontrar uma solução técnica para a cessão onerosa do pré-sal. O ministro não quis cravar a expectativa de arrecadação, mas estimou que pode ir até R\$ 100 bilhões.

O acerto para a União ficar com 40%, a Petrobras também com 40% e os entes da federação receberem 20% da receita da cessão onerosa, hoje, está em aberto, disse.

"Tenho a necessidade de zerar o deficit primário, mas estou vendo o sufoco dos Estados e municípios. Evidentemente, estou sensível a isso. Se tiver que escolher entre cumprir a meta ou compartilhar os recursos, vou considerar, mas não prometi nada para ninguém", concluiu.

O ministro voltou a mencionar o Plano B, de desvincular e desindexar todas as receitas e despesas carimbadas, transferindo para o parlamento a função que ele perdeu, de estabelecer as prioridades do Orçamento da União. Em oportunidades mais recentes Guedes tem lembrado a interlocutores que esse é seu plano para o caso de não ser aprovada a reforma da Previdência.

Essa ideia tem despertado o interesse de vários governadores e prefeitos que já sugeriram à equipe econômica do governo que esse deixe de ser o plano B para ser o Plano A.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/02/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito e Francisco Góes | Do Rio

Título: Petrobras vê acordo com União na cessão onerosa perto do desfecho

Um mês depois da sua posse como presidente da Petrobras, o economista Roberto Castello Branco identifica três prioridades de sua gestão: a venda de ativos, a redução de custos e a desalavancagem. "Não existe nada inegociável, tudo depende do preço", disse o executivo. BR, Braskem e o parque de refino da companhia estão na lista de potenciais desinvestimentos. Ele faz, porém, uma ressalva: "Tenho paixão por ativos de classe mundial. O pré-sal é uma paixão."

Em entrevista ao **Valor**, ontem, em seu gabinete, na sede da empresa, no centro do Rio, Castello Branco também disse que espera chegar até o fim do mês a um entendimento com o governo sobre a negociação do contrato da cessão onerosa. Por esse contrato, em 2010, a União cedeu à Petrobras o direito de produzir até 5 bilhões de barris no pré-sal como parte da capitalização da

empresa. O acordo entre as partes deve destravar a realização do leilão dos excedentes da cessão onerosa (volumes descobertos que ultrapassam os 5 bilhões de barris). Castello Branco disse que o leilão deve ocorrer até fim deste ano. Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: *Passado um mês da sua posse, é possível ter um diagnóstico da Petrobras, o que deve mudar?*

Roberto Castello Branco: A Petrobras viveu duas crises: uma crise moral e uma crise de dívida. Eu estive presente aqui [como conselheiro] de maio de 2015 até abril de 2016, e vivenciei isso. O período posterior, de 2016 até 2018, foi de superação dessas crises. E a Petrobras conseguiu crescer. A crise moral e a crise de dívida foram superadas. Foi aprovada uma estratégia e um plano de negócios, com os quais eu concordo em termos gerais. Mas precisamos reconhecer que essa companhia tem como força a qualidade do seu corpo técnico. É uma companhia que tem um conhecimento nato sobre exploração e produção de petróleo como poucas têm no mundo, tecnologia avançada e a prova disso é o pré-sal. O pré-sal é, indiscutivelmente, um ativo de classe mundial. Por outro lado, a companhia é muito endividada. Companhias produtoras de commodities minerais têm que ter uma alavancagem muito baixa e custos operacionais baixos porque seus produtos estão expostos à volatilidade dos preços dos produtos, que implica volatilidade nos fluxos de caixa. Tem que se estar sempre preparado para os maus momentos. A melhor maneira de estar preparado para a volatilidade de baixa é ter baixa alavancagem e custos baixos.

Valor: *Qual é o nível de desalavancagem adequado?*

Castello Branco: A experiência indica uma alavancagem de dívida bruta versus Ebitda de uma vez e meia. Estamos trabalhando para sobreviver bem com um preço médio do petróleo Brent a US\$ 50 por barril. A Petrobras é uma empresa diversificada, não é só uma empresa de produção e exploração de petróleo. Temos que escolher os ativos que somos o dono natural, o que significa explorar o que você sabe fazer bem. O exemplo típico é o pré-sal. A Petrobras é o líder incontestado em exploração e produção de petróleo em águas ultraprofundas. Tem outros ativos nos quais não somos o dono natural, então temos que selecionar esses ativos com uma visão estratégica, não apenas olhando o aspecto financeiro de desalavancar, mas também de criação de valor para o acionista. Bato nesse ponto porque a Petrobras passou do vermelho para o azul contabilmente, tem lucro contábil, mas não gera lucro econômico, um lucro que remunere o capital dos acionistas.

Valor: *Vai acelerar mais então os desinvestimentos? O plano atual prevê venda de quase US\$ 27 bilhões até 2023.*

Castello Branco: É a programação, muito específico, US\$ 26,9 bilhões. Não sei se vai ser mais. Depende das condições do mercado. Eu posso considerar que [um ativo] vale x bilhões de dólares. Pode ser que o mercado me diga: 'Olha, vale menos ou então vale até mais'. Um caso típico são os campos maduros de petróleo. Certos ativos são muito pequenos para uma companhia do porte da Petrobras e, portanto, não temos foco neles. São campos maduros, que produzem muito pouco, como os campos terrestres, 16 barris por dia. O importante é que os desinvestimentos são uma das prioridades tanto que coloquei o grupo de desinvestimento e gestão de portfólio se reportando a mim.

Valor: *Mas este é um ano-chave para acelerar o desinvestimento?*

Castello Branco: Os dois próximos anos serão muito importantes porque as transações, mesmo que se acelerem, pela própria natureza, pelo volume significativo de recursos envolvidos, têm certo tempo para serem concretizadas. Outra prioridade é a redução de custos, que tem que ser uma atividade permanente. Dizem que custo é como unha: cresce sempre e tem que estar sempre cortando. Temos que mudar processos, e aí vem um item muito importante que é a transformação digital. Temos que utilizar a digitalização de forma intensiva, usar a inteligência artificial não são nas nossas operações, mas também nas atividades corporativas. Há um potencial enorme para redução de custos e aumento da eficiência. Um sinal de quanto isso é importante para nós foi o convite feito ao professor Nivio Ziviani para integrar o nosso conselho. Ele é um acadêmico de reconhecimento internacional, uma autoridade em algoritmos e inteligência artificial e também um empreendedor bem-sucedido.

"Estamos trabalhando para sobreviver bem com um preço médio do petróleo Brent a US\$ 50 por barril"

Valor: *A Petrobras tem traçada uma meta de redução de custos?*

Castello Branco: Ainda estamos trabalhando nisso. Existe também uma iniciativa de simplificação do processo decisório, de mudanças de processos de aprovações. A companhia tinha uma governança muito fraca. Não existia modelo de 'compliance', de integridade. Houve uma 'over reaction' [exagero]. Passou a se controlar tudo, isso resultou em ineficiência. Limitamos as alçadas da diretoria, criamos uma série de controles. Isso é um tratamento apropriado para uma questão emergencial. Temos que ter um processo mais ágil, mais leve, sem que isso implique em enfraquecer a governança.

Valor: *A venda das refinarias tem sido feita em diálogo com o Cade?*

Castello Branco: Vamos estruturar de forma independente e o Cade vai julgar ou não se é adequado quando fizermos a transação. Não é o papel do Cade servir de consultor da companhia. Achemos muito tímido [o programa original de venda de refinarias]. Não queremos simplesmente transmitir um monopólio de uma empresa estatal para a iniciativa privada. Queremos concorrência. Vamos estudar quais ativos vamos vender, como vamos estruturar [o desinvestimento]. Isso está sob análise e é uma das prioridades.

Valor: *Há refinaria inegociável?*

Castello Branco: Não existe nada inegociável, tudo depende do preço. Não tenho paixão por nenhum ativo. Aliás, tenho paixão por ativos de classe mundial. Esses [ativos] devem ser a nossa paixão. O pré-sal, por exemplo, é uma paixão. Não temos apego a ativos. O setor de petroquímica não é para nós um 'core'. Pelo acordo de acionistas da Braskem, estamos no banco traseiro. Ela [LyondellBasell] é obrigada a nos oferecer o mesmo preço, estender a oferta. Vamos decidir se vai ser interessante para a Petrobras ou não. Queremos sair da petroquímica, mas não a qualquer preço.

Valor: *A Petrobras pode manter uma fatia na Braskem?*

Castello Branco: É uma situação que ou é zero ou é cem. Se decidirmos vender, não interessa manter uma participação pequena.

Valor: *Nem vir a receber pagamento em ações da LyondellBasell?*

Castello Branco: Não somos fundo de investimento, mas uma exploradora e produtora de óleo.

Valor: *Do ponto de vista estratégico, já está batido o martelo de que a Braskem será vendida?*

Castello Branco: Estrategicamente está definida [a saída da petroquímica], é uma questão de preço. Se recebermos uma boa proposta, por que não? Se fizerem uma proposta que não atenda nossos interesses, lamentamos e esperamos uma outra ocasião.

Valor: *A Petrobras pretende vender o controle da BR Distribuidora?*

Castello Branco: A BR é um ativo que está sendo analisado também. Quando se vende uma participação minoritária em uma empresa de controle estatal, vende-se essa participação com um desconto. Há espaço para analisar bem a questão da BR. Não é um 'core business', uma competência da Petrobras. É um negócio comercial, em grande parte varejo, uma grande rede de lojas. Estamos analisando a venda do controle ou de uma participação adicional. Estamos

estudando as várias opções. Acreditamos que no primeiro semestre podemos ter uma definição, tanto em relação às refinarias quanto à BR.

"Temos que ter um processo interno de decisão mais ágil sem enfraquecer a governança"

Valor: *Um assunto importante também é a cessão onerosa, que envolve os interesses da empresa, mas também uma questão fiscal.*

Castello Branco: Estamos perfeitamente alinhados com o governo de que a negociação da cessão onerosa não é uma questão fiscal, é uma questão de desenvolvimento da indústria de petróleo no Brasil. O mais importante é que tenha o leilão dos excedentes das reservas da cessão onerosa. É realmente um contrato complexo. Foi uma jabuticaba, não existe no mundo nada semelhante. Eventualmente o governo, as contas públicas, deverão se beneficiar, recebendo recursos pelo leilão dos excedentes.

Valor: *O pagamento à Petrobras será feito em dinheiro ou barril?*

Castello Branco: Isso é secundário, vamos discutir isso depois. O importante é ter as condições necessárias para a realização do leilão dos excedentes. É um modelo complexo, há bastantes variáveis, existem técnicos avaliando as diferentes hipóteses... [As projeções feitas pelos bancos] São puro chute. Não existe isso [número definido]. São especulações.

Valor: *O leilão dos excedentes poderá ser feito sem um acordo final entre Petrobras e a União?*

Castello Branco: Não está definido ainda, mas repito: nossa prioridade é que tenhamos uma realização do leilão até fim deste ano. Porque todos nós vamos nos beneficiar. A Petrobras, o governo, os Estados. Temos o direito de analisar e a opção de participar ou não [do leilão]. Vamos definir também.

Valor: *As conversas com a União têm sido duras?*

Castello Branco: Não, as conversas têm sido bastante amigáveis. Uma das coisas boas resultantes da decisão de se nomear pessoas por critérios técnicos [para cargos públicos] é que existe uma convergência de interesses e objetivos, tanto da parte do Ministério da Economia como **das Minas e Energia** e da Petrobras. O objetivo é um só: ajudar a mudar o Brasil e ter um Brasil melhor, desenvolvendo, no caso, a indústria do petróleo.

Valor: *Há prazo para conclusão das negociações com a União?*

Castello Branco: Estamos acelerando, porque o objetivo é finalizar isso até o fim de fevereiro, um acordo para que o governo possa anunciar um leilão [dos excedentes]. Talvez até o fim deste mês. A expectativa é essa. Mas isso não cabe a mim. O Ministério de Minas e Energia é que conduz o processo, somos apenas parte.

Valor: *Como tem sido a relação com os militares no MME e na Petrobras?*

Castello Branco: Tem sido muito bom. É sempre bom ter um diálogo com pessoas inteligentes, sejam elas militares, civis, homem, mulher. Porque são pessoas muito bem qualificadas. São pessoas que, para chegar ao topo da carreira, passaram por um processo meritocrático. Eles não chegaram a essa posição indicados por políticos. Para ser um general, um almirante, você tem que ter treinado e exercer funções de liderança, de gestão de pessoas, de gestão de ativos, ter visão estratégica. Nós estamos muito confortáveis. Se criou um mito a respeito dos militares, mas os militares que eu lido hoje em dia são pessoas muito bem preparadas.

Valor: *Se temeu uma ingerência do MME na Petrobras pelo fato de o ministro Bento Albuquerque ter solicitado um gabinete na empresa.*

Castello Branco: Não (risos). Ele passou uma tarde aqui nesse prédio. E eu nem estava aqui. Estava lá na rua do Senado. Foi uma especulação em torno de nada. Eu fui completamente livre para escolher os diretores que eu queria, gerentes. Não recebi um pedido "coloca o fulano de tal". Absolutamente nada. Nenhuma interferência, seja de quem for.

Valor: *Há espaço para diluição da fatia do Estado na Petrobras?*

Castello Branco: Não. Por enquanto, isso não está sobre a mesa. O meu mandato é administrar a Petrobras de forma que ela se torne uma companhia saudável, que gere muito valor. Porque existem alguns exemplos de empresas estatais que são muito boas. Já que não há nenhuma disposição em privatizar a Petrobras, temos um mandato para administrá-la da melhor forma possível.

Valor: *Qual é a previsão de investimentos da empresa para 2019?*

Castello Branco: São US\$ 16 bilhões. Evidentemente esse número pode sofrer alteração dado a participação nos leilões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/02/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques****CVM e Vale**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) solicitou que a Vale apresente uma série de documentos e informações referentes ao rompimento da barragem em Brumadinho (MG), incluindo a cronologia de decisões tomadas pelos administradores sobre o caso. O pedido também inclui processos civis administrativos e criminais e detalhamento dos trabalhos realizados pelos comitês independentes criados para analisar o assunto. A mineradora tem até 14 de fevereiro para providenciar o material, de acordo com o documento obtido pelo **Valor**. O caso faz parte de uma das investigações iniciadas pela autarquia depois do rompimento da barragem em 25 de janeiro. A gerência de acompanhamento de empresas 4 (GEA-4), área que costuma analisar a conduta e deveres fiduciários de administradores, cuida do caso.

ANP aprova venda

A diretoria colegiada da Agência Nacional do Petróleo (ANP) aprovou hoje a venda da fatia de 35% da Neptune Energy em quatro blocos exploratórios da Bacia do Recôncavo para a OAK Petróleo e Gás Natural. A Neptune vendeu suas fatias nos blocos REC-T-57, REC-T-62, REC-T-71 e REC-T-145 para a OAK. Os quatro blocos são operados pela Alvopetro, com 65% de participação e foram arrematados na 13ª Rodada de Licitações da ANP, em 2015. A reunião de ontem da diretoria da ANP foi a primeira realizada pela agência reguladora com transmissão ao vivo no site da autarquia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Graziella Valenti e Stella Fontes | De São Paulo****Título: Odebrecht terá fatia menor na Lyondell**

A Odebrecht, controladora majoritária da Braskem, já admite internamente que, para ter sucesso na venda da petroquímica à holandesa LyondellBasell, terá de receber parte do pagamento em dinheiro, e provavelmente uma parcela maior do que chegou a indicar ao longo das conversas. Idealmente, a Odebrecht

preferiria receber toda sua fatia em ações da companhia europeia, listada na Bolsa de Nova York, e estimava que ficaria com cerca de 10% da empresa resultante da união.

A LyondellBasell deu sinais, recentemente, de que preferiria fazer todo o negócio em dinheiro. Mas, nesse formato, a transação não tem sentido para a Odebrecht. Os bancos credores do grupo brasileiro gostariam de uma parcela em recursos para que parte das dívidas possam ser pagas. Neste momento, contudo, estão neutros, no aguardo de uma proposta formal, que ainda não foi apresentada.

No tradicional balé das negociações, os sinais da Lyondell são de que fará uma proposta abaixo das indicações iniciais, na tentativa de aproveitar a situação da Odebrecht - que planeja neste ano realizar uma grande reestruturação das dívidas com os bancos brasileiros. Já o conglomerado brasileiro, que negocia com a holandesa há cerca de um ano, se mostra disposto a ouvir outros interessados, uma vez que o acordo de exclusividade para as negociações venceu no fim de outubro de 2018. A holandesa ainda não colocou sequer os termos gerais na mesa.

Ação da holandesa, que valia mais de US\$ 110 no começo de 2018, agora está abaixo de US\$ 88 na bolsa de Nova York

A própria Lyondell vem sofrendo pressões, com os investidores cobrando aumento do pagamento de dividendos. Quando começou a negociar a Braskem, valia pouco menos de US\$ 45 bilhões na Nyse. Hoje, está avaliada em menos de US\$ 33 bilhões. Na época, o pagamento em ações era uma disposição enquanto a cotação em Nova York oscilasse entre US\$ 105 e US\$ 120. Depois de alcançar a casa dos US\$ 78, a ação está hoje pouco abaixo de US\$ 88.

A Braskem tornou-se, após a Operação Lava-Jato, o pilar de sustentação da Odebrecht. É sobre o valor da petroquímica que o conglomerado tem conseguido reorganizar suas dívidas e obter alguma liquidez. Quando Marcelo Odebrecht foi preso, em junho de 2015, a empresa valia R\$ 9,5 bilhões na bolsa brasileira. Ontem, a Braskem fechou o pregão em quase R\$ 42 bilhões - na máxima histórica, raspsou R\$ 48 bilhões na B3, em setembro do ano passado.

O negócio, se concluído, tem potencial de ser a maior operação aquisição por uma companhia estrangeira já feita no Brasil.

Para vender a Braskem, a Odebrecht terá de pedir permissão aos bancos Itaú, Bradesco, Santander, BNDES e Banco do Brasil (BB). As ações foram dadas em garantia, na forma de alienação fiduciária, a essas instituições e cobrem hoje dívidas que somam pouco menos de R\$ 13 bilhões. Considerando o preço em

bolsa, a posição da Odebrecht, de 38% do capital total, vale hoje R\$ 16 bilhões. A Petrobras é sócia na petroquímica, com uma fatia de 36%.

Com o possível pagamento de parte das dívidas e as novas garantias (ações de Lyondell no lugar de papéis da Braskem), o acordo com as instituições poderá ser revisado em uma negociação.

Para a Odebrecht, de acordo com fontes próximas ao grupo, essa será a grande - e última - oportunidade para evitar um colapso financeiro. O grupo possui dívida líquida da ordem de R\$ 85 bilhões. Considerando ativos que não são consolidados, os compromissos com os bancos brasileiros são da ordem de R\$ 40 bilhões.

Segundo o **Valor** apurou, com as garantias de Braskem, Itaú e Bradesco têm a maior parte de seus créditos cobertos. Já BNDES, BB e Caixa (que não tem garantias da petroquímica), ainda estão bastante expostos ao grupo.

A transação é acompanhada de perto por grandes investidores internacionais. Fora do Brasil, há tanto rumores de que a Lyondell poderia sofrer, ela própria, uma oferta hostil, quanto de que há novos interessados atentos e dispostos a avaliar Braskem.

A Petrobras, agora sob comando de Roberto Castello Branco, está decidida a manter a estratégia da gestão anterior de vender a Braskem e já colocou na mesa contratos de abastecimento de nafta e estrutura logística. A postura da estatal facilita a venda pela Odebrecht, uma vez qualquer interessado - assim como fez a Lyondell - colocaria tais questões como condições precedentes. Com as grandes pendências operacionais resolvidas, a percepção é a de que a holandesa acabou colocando a petroquímica brasileira "na vitrine".

No cenário mais otimista da Odebrecht, a ação da Braskem - hoje cotada abaixo de R\$ 54 - deveria ser avaliada entre R\$ 65 e R\$ 68. Sem dar pista de sua avaliação, a Lyondell tem indicado que essa faixa não será alcançada numa possível proposta. Até o momento, a holandesa não colocou no papel quanto quer pagar. Tampouco há indicação sobre o intervalo do pagamento em ações que é pretendido - e resultará em alguma diluição dos demais acionistas da multinacional. Sem a proposta, mesmo que não seja firme, a Odebrecht não consegue dar a largada na conversa com os credores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem está perto de fechar leniência com AGU e CGU

A Braskem está perto de fechar um acordo de leniência com a Advocacia-Geral da União (AGU) e com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), encerrando meses de negociações com essas autoridades devido aos ilícitos revelados na Operação Lava-Jato, apurou o **Valor**.

O desfecho pode ser anunciado em breve, com desdobramentos inclusive nas conversas entre Odebrecht e LyondellBasell para venda da petroquímica, pois os holandeses não pretendem herdar pendências com as autoridades brasileiras, segundo fontes envolvidas com o assunto. Controladora da Braskem, a Odebrecht celebrou tais acordos em julho.

A leniência da Braskem com o Ministério Público Federal (MPF) foi homologada em junho de 2017 pela Justiça Federal de Curitiba. No acordo, que também envolveu autoridades nos Estados Unidos e na Suíça, a petroquímica se comprometeu a pagar US\$ 960 milhões, ou R\$ 3,1 bilhões, dos quais R\$ 1,6 bilhão à vista após a homologação dos respectivos acordos. O saldo seria pago em seis parcelas anuais, a partir de janeiro do ano passado.

Entre as práticas admitidas pela companhia estavam o contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras e pagamentos indevidos a políticos em busca de benefícios fiscais e energia elétrica mais barata por meio de edição de medidas provisórias.

A Braskem também está em dívida com a Securities and Exchange Commission (SEC) e obteve prazo até março deste ano para entregar o formulário 20-F de 2017. A companhia alegou que a necessidade de análise adicionais dos seus processos e controles internos levou ao atraso.

Procurada, a Braskem informou que "as tratativas com a Controladoria Geral da União (CGU) e a Advocacia Geral da União (AGU) ainda não foram concluídas."

Para a Lyondell ou qualquer outro eventual interessado no controle da Braskem, os acordos são considerados essenciais. Nenhum novo dono quer lidar com pendências legais, em especial ligadas ao maior escândalo de corrupção do país que tiveram a Petrobras como palco central.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho e Francisco Góes | Do Rio

Título: Petrobras pretende rever dividendos trimestrais

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou ontem que a companhia pretende reavaliar a atual política de pagamento de dividendos trimestrais, aprovada em abril do ano passado. "Vamos reexaminar isso", disse o executivo, em entrevista exclusiva ao **Valor**.

O economista também reconheceu que, em um momento em que realiza esforços de desalavancagem, a empresa não vê espaço para uma política mais agressiva de distribuição de dividendos. "Não consigo [pagar dividendos mais elevados antes de desalavancar a empresa]", afirmou. "Tenho que [neste momento] seguir a obrigação legal [de distribuição de dividendo]".

Nessa linha, o presidente da Petrobras defendeu uma modernização da Lei das S.A.s, para que, em situações como a atual, em que a empresa busca se desalavancar, ela não seja obrigada a distribuir, pelo menos, 25% do lucro líquido. Além disso, explicou, há uma distorção temporal entre o resultado contábil de determinado exercício e a data de pagamento dos dividendos relativos ao lucro reportado.

"O lucro líquido é uma variável contábil. Tem uma defasagem no tempo", afirmou. "Acho que temos que raciocinar em termos de caixa e eu espero que a Lei das S.A.s se modernize", completou.

Castello Branco disse que tem feito sugestões ao governo sobre melhorias na Lei das S.A.s. "Não é atribuição da Petrobras fazer políticas públicas, mas eu gosto de dar minhas sugestões", afirmou.

Com relação à política de preços de combustíveis, Castello Branco reafirmou que a empresa manterá a prática de preços atrelados à paridade internacional. Ele, contudo, disse não ver necessidade de aplicar os ajustes diariamente.

"Nós continuamos com a política de preços atrelada à paridade internacional", afirmou o executivo. "A companhia decidiu fazer os reajustes com prazos, intervalos de tempo, mais longos. Não fazer ajustes diários. Inclusive, não há nada que diga que ter preços de mercado significa ajustar diariamente", completou ele.

Castello Branco explicou ainda que a Petrobras não definirá uma periodicidade para a aplicação dos reajustes. Na prática, a companhia vai realizar reajustes sempre que julgar necessário. Para eventuais momentos de defasagem, o executivo explicou que a empresa está protegida por um instrumento de hedge.

"Fazendo o hedge eu estou protegido. E é barato fazer o hedge", afirmou.

"Também não podemos estabelecer periodicidade", completou. Segundo ele, se houvesse uma periodicidade definida, as pessoas poderiam fazer fila nos postos de gasolina, na véspera do ajuste, caso tivessem percebido anteriormente o aumento do preço do petróleo e a desvalorização do real, por exemplo. "O Brasil já teve isso."

Castello Branco também criticou a adoção de qualquer mecanismo de controle de preços de combustíveis que não seja feito pelo próprio mercado.

"O mercado tem vários instrumentos no mundo de hoje que podem proteger [da volatilidade dos preços dos combustíveis], instrumentos que são muito melhores do que simplesmente a intervenção, tabelamento de preços. Isso gera muitas distorções. Isso é um atraso, uma volta ao anos 1980", afirmou o executivo.

Nessa linha, Castello Branco disse ser contrário à criação de um imposto anticíclico, para criar um colchão enquanto o preços estão baixos, a fim de reduzir o efeito de um aumento forte e repentino posteriormente. "Um dos papéis do sistema de preços é atuar como um sinalizador. [A criação do "colchão"] apaga o farol. Não é bom. Isso é uma barreira ao bom funcionamento de uma economia de mercado, que pressupõe a liberdade de preços. Acho essa ideia antiquada, distorcida. Acho que existem mecanismos mais inteligentes", completou o executivo.

Entre os mecanismos de mercado possíveis, o presidente da Petrobras citou um cartão pré-pago. O cartão permitiria pagar antecipadamente por determinada quantidade de combustível que pode ser adquirida em um outro momento. "E, pronto, estou protegido da volatilidade. Essa é uma sugestão que nós demos, está sendo pensada", disse.

Segundo o presidente da Petrobras, com relação ao transporte de cargas, há outros problemas muito mais sérios do que a volatilidade do preço do diesel, como a péssima qualidade e a falta de segurança nas estradas, de forma geral.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/02/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Enel inicia obra de eólica

A Enel Green Power Brasil, subsidiária da italiana na área de energias renováveis no país, iniciou a construção do parque eólico Lagoa dos Ventos, no Piauí, com 716 megawatts (MW). O empreendimento receberá R\$ 3 bilhões em investimentos e será financiado com recursos próprios do grupo. O complexo eólico, que deve entrar em operação em 2021, é o maior em construção na América do Sul e também o maior da Enel Green Power no mundo, informou a companhia. Dos 716 MW, 510 MW foram contratados no leilão A-6 de dezembro de 2017 e terão contrato de 20 anos de duração valendo a partir de 2023. Os outros 206 MW serão comercializados no mercado livre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/02/2019

Seção: Empresas

Autor: São Paulo

Título: Vale teria sido alertada sobre barragem

A Vale já teria identificado problemas nos dados de sensores responsáveis pela operação da estrutura da barragem de Brumadinho (MG), segundo uma troca de e-mails entre profissionais da mineradora e duas empresas ligadas à segurança da estrutura (Tüv Süd e Tec Wise).

As informações foram divulgadas ontem pela "GloboNews", que teve acesso aos depoimentos prestados pelos engenheiros da Tüv Süd Makoto Namba e André Jum Yassuda, responsáveis por laudos de estabilidade na barragem. Yassuda e Namba foram presos pela Polícia Federal na semana passada, mas tiveram a soltura determinada na terça-feira pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

De acordo com a reportagem, o delegado Luiz Augusto Nogueira, da Polícia Federal, questionou Namba sobre e-mails trocados entre funcionários da Vale, da Tüv Süd e da Tec Wise entre 23 e 24 de janeiro, véspera do rompimento da barragem, que diziam respeito a "dados discrepantes obtidos através da leitura dos instrumentos automatizados" instalados na barragem.

Não há detalhes sobre os e-mails no depoimento, mas o delegado mencionou "dados discrepantes obtidos através da leitura dos instrumentos automatizados (piezômetros) no dia 10/01/2019, instalados na barragem B1 do CCF, bem como acerca do não funcionamento de 5 (cinco) piezômetros automatizados."

Namba, contudo, disse que só ficou sabendo das alterações dos dados fornecidos pelos sensores após o rompimento da barragem.

Em seguida, o delegado questionou o engenheiro sobre "qual seria sua providência caso seu filho estivesse trabalhando no local da barragem". Ele respondeu, segundo o relatório da PF, que "após a confirmação das leituras, ligaria imediatamente para seu filho para que evacuasse do local bem como ligaria para o setor de emergência da Vale responsável pelo acionamento do PAEBM [Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração] para as providências cabíveis".

Especialistas independentes também teriam alertado a Vale sobre o alto risco de falha da barragem de Brumadinho, de acordo com reportagem do "The Wall Street Journal" publicada ontem. Um relatório entregue à mineradora meses antes do desastre teria descoberto que os sistemas projetados para monitorar a barragem, em busca de concentrações de água e drenagem, estavam com defeito, o que dificultada a avaliação completa da sua estabilidade.

A Tüv Süd entregou um relatório de 128 páginas em setembro certificando a barragem como estável, mas dois especialistas independentes revisaram o documento e disseram que a estrutura não deveria ter sido certificada, e que a Vale deveria reconhecer riscos potenciais.

Após a divulgação da reportagem da GloboNews, a Vale enviou nota à imprensa na qual disse que "vem colaborando proativamente e da forma mais célere possível com todas as autoridades que investigam as causas do rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho."

A mineradora disse ainda que, "como maior interessada no esclarecimento das causas desse rompimento, além de materiais apreendidos, a Vale entregou voluntariamente documentos e e-mails, no segundo dia útil após o evento, para procuradores da República e delegados da Polícia Federal."

A companhia disse que vai se abster de fazer comentários sobre "particularidades" das investigações, para preservar a apuração dos fatos pelas autoridades.

A Tüv Süd, por sua vez, divulgou nota em que reiterou que não pode comentar o rompimento da barragem devido às investigações oficiais em curso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: MG suspende barragem de Laranjeiras

A Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais suspendeu ontem a autorização de funcionamento da barragem de Laranjeiras. A barragem é a principal estrutura usada pela mina de minério de ferro de Brucutu para despejar seu rejeito. A mina é a maior da mineradora Vale no Estado. Com a licença da barragem suspensa, a mina tem sua operação comprometida.

"A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável informa que a autorização para a barragem de Laranjeiras operar foi suspensa pelo órgão ambiental, porém, os motivos da suspensão correm em segredo de justiça", informou a secretaria na tarde de ontem por meio de nota.

O **Valor** enviou duas perguntas à assessoria da secretaria: se a suspensão da licença se deve ao risco da barragem desmoronar, como ocorreu há alguns dias em Brumadinho (MG); e se os problemas que levaram à suspensão de Laranjeiras foram detectados somente nela e não em outras barragens da Vale e de outras mineradoras.

A secretaria acrescentou que cabe ao empreendedor "o dever de manter as medidas de controle ambiental" da barragem. E quanto à estabilidade da estrutura, a secretaria disse que "o empreendedor deverá observar as diretrizes determinadas pela Política Nacional de Segurança de Barragens".

Antes do anúncio da suspensão, uma decisão do juiz da 22ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte havia, por meio de liminar, determinado que a Vale parasse de lançar rejeitos em oito barragens, entre elas a de Laranjeiras.

Ontem, a Vale, por meio de nota, afirmou que em agosto de 2015 solicitou licença de operação para Laranjeiras. E que em abril de 2016 a secretaria concedeu uma autorização provisória para operar (APO), enquanto avaliava a emissão da licença. "A barragem de Laranjeiras foi construída pelo método de construção convencional e possui atestado de estabilidade vigente. A Vale entende, assim, que não existe fundamento técnico e/ou jurídico ou avaliação de risco que justifique o cancelamento da APO", disse a mineradora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/02/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Novo imbróglia no processo de recuperação da Abengoa

A pedido do China Construction Bank (CCB), a Polícia Civil está investigando eventual irregularidade no processo de recuperação judicial da Abengoa Bioenergia. Com duas usinas sucroalcooleiras no Estado de São Paulo, a empresa tem dívidas de cerca de R\$ 1,5 bilhão.

Na última assembleia de credores, em novembro, o banco chinês acusou a sucroalcooleira do crime de favorecimento de credores pelo fato de a Abengoa Bioenergia ter oferecido um acordo de confidencialidade que lhe daria acesso a informações sobre o plano de recuperação judicial anterior e à possibilidade de uma transação. Procurada pelo **Valor**, a usina controlada pela espanhola Abengoa não quis comentar.

Em 7 de novembro, um dia antes da última assembleia de credores, o CCB pediu abertura da investigação. Em petição apresentada pelo escritório Galdino & Coelho, o banco disse que a Abengoa Bioenergia ofereceu, através da consultoria G5 Evercore - mandatada pela para negociar acordos com credores e eventuais compradores - acordo que, segundo o CCB, conferiria "posições privilegiadas a uma parcela dos credores", o que poderia "favorecer os credores que aceitam negociar sigilosamente e prejudicar os demais credores".

O CCB cita o artigo da lei de recuperação judicial que prevê pena de dois a cinco anos e multa à empresa que pratica "ato de disposição ou oneração patrimonial ou gerador de obrigação, destinado a favorecer um ou mais credores em prejuízo dos demais".

Comentando em tese, por não conhecerem a acusação do CCB em detalhes, advogados consultados pela reportagem disseram que não é ilegal oferecer acordo de confidencialidade a credores no âmbito de uma recuperação, desde que as informações disponibilizadas no acordo sejam relacionadas a segredos comerciais ou industriais ou de negociações com eventuais compradores.

O inquérito precisará apurar se houve credores que não receberam a proposta do acordo e se isso ocasionou prejuízos a estes nas negociações do plano. Se a acusação não for confirmada, o CCB pode ser processado por denúncia caluniosa.

Uma fonte próxima à Abengoa Bioenergia disse que a empresa teria oferecido o acordo a "todos" os credores, como bancos e fornecedores, e que o CCB teria sido o único a se recusar. Outra fonte, também próxima à usina, sustentou que o acordo buscava preservar informações relacionadas a negociação com possíveis compradores, já que o plano prevê venda de ações e dos ativos da Abengoa Bioenergia.

Na lista dos principais bancos credores, o BNDES afirmou ao **Valor** que "não fez nenhum tipo de acordo com a Abengoa Bioenergia para ter acesso privilegiado ao seu plano de recuperação". O Santander disse que "não comenta casos sob judge". Banco do Brasil e Bradesco também não comentaram.

Antes da última assembleia de credores, o CCB já havia criticado o fato de a Abengoa Bioenergia ter apresentado seu plano de recuperação judicial com poucos dias de antecedência. O banco também acusou a empresa de ter retardado a apresentação de propósito para favorecer credores que teriam aceitado a negociação sigilosa.

A última assembleia foi suspensa e remarcada para 12 de fevereiro. Ainda assim, a juíza responsável, Djalma Moreira Gomes Júnior, decidiu remeter as acusações ao Ministério Público, e, em seguida, a promotora da região, Yara Jerozolinski, solicitou investigação à Polícia Civil.

A usina chegou a recorrer para impedir o procedimento, mas, em decisão do último dia 25, o juiz Orlando Gonçalves de Castro Neto negou o pedido. Na sexta-feira passada, a Abengoa Bioenergia apresentou um novo plano com poucas alterações ante o anterior.

CCB e Abengoa também discordam quanto ao crédito correspondente ao banco chinês. O CCB reivindica R\$ 45 milhões como crédito concursal (submetido às regras da recuperação) e R\$ 43 milhões em dívida extraconcursal, que o banco está pedindo execução na Justiça. A usina afirma que este crédito também seria concursal.

Procuradas, Abengoa, G5 Evercore e CCB não comentaram.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/02/2019

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Cosan emite debêntures

A Fitch atribuiu rating "AAA" à emissão de R\$ 1,7 bilhão em debêntures da Cosan para 2021. Os recursos serão destinados para a aquisição de ações correspondentes a até 18% do capital da Comgás e também poderão ser utilizados para reforço do caixa. A aquisição faz parte da estratégia da Cosan de aumentar a participação em negócios com fluxo de caixa robusto e resiliente.

(Silvia Rosa)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 07/02/2019****Seção: Colunas****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decleodt, Fernanda Guimarães****Título: Doria escolhe ex-Comgás para agência do setor**

Coluna do broadcast

Dois ex-funcionários da Comgás foram nomeados diretores da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp) pelo governador João Doria. Marcus Vinicius Vaz Bonini trabalhou na concessionária por mais de 30 anos e foi diretor comercial até 2016, quando saiu da empresa. Já Marcos Roberto Lopomo era gerente de assuntos regulatórios até 2015. Entre as atribuições da agência, está "regular, controlar e fiscalizar os serviços de gás canalizado" no Estado, como da própria Comgás. A convocação dos deputados estaduais para a sabatina realizada na tarde de ontem, dia 6, foi feita dois dias antes. A indicação foi publicada no Diário Oficial no sábado, 2.

» Grande doador. Causou estranheza entre os grandes consumidores de gás a rapidez da convocação. Doria reuniu-se, em agenda oficial, com o presidente do conselho de administração da Cosan, Rubens Ometto, e o presidente da Comgás, Nelson Gomes, no dia 28. A pauta do encontro não foi divulgada. A Cosan é controladora da Comgás e Ometto foi o maior doador individual da campanha de Doria, com R\$ 500 mil.

» Aumento na véspera. Foi a Arsesp que autorizou, na sexta, dia 1.º - véspera da nomeação, o aumento do preço no gás natural fornecido pela Comgás. Os aumentos variaram de 9,63% para pequenos consumidores a 37,6% para as indústrias. Várias associações setoriais anunciaram que devem ir à Justiça, dizendo que o percentual é impraticável e ainda reclamam da falta de critérios claros para o aumento. Os protestos têm se generalizado.

» Pessoal e independente. Procurada, a Comgás afirmou que a indicação para a agência é feita de forma independente pelo governo e as doações eleitorais de Ometto têm caráter pessoal e seguem regras estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral. A Arsesp, por sua vez, informou que não cabe à agência se posicionar sobre a indicação de diretores. Já a Secretaria de Governo disse que a indicação é baseada em currículos e experiências requeridas pela agência reguladora.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 07/02/2019****Seção: Espaço aberto****Autor: Roberto Macedo****Título: Só fiscalizar barragens não resolve**

Como muita gente, acompanho com grande pesar a tragédia de Brumadinho. E também porque tenho uma ligação afetiva com essa cidade. Quando criança, em Minas Gerais meu tio padre Aderbal foi vigário na localidade. O nome vem da bruma ou neblina que se forma na região e pode ser vista ao amanhecer. Bem mais recentemente estive em Brumadinho para uma caminhada com amigos no entorno dela, que terminou no Inhotim, amplo espaço que na natureza acomoda importante acervo de arte contemporânea e coleção botânica com espécies raras de vários continentes. Já fui lá duas vezes e numa delas via a bruma. Nessa caminhada vi uma pequena mineração, mas não a enorme do Córrego do Feijão, onde aconteceu o recente desastre. O noticiário sobre o assunto foi abundante. E continua. Resumo aqui o que aprendi com ele e minha visão sobre a administração de riscos de barragens como essa.

Inicialmente as notícias enfatizaram muito a associação do desastre com falhas de fiscalização da estabilidade das barragens. Depois ficou claro que houve também falha de projeto, pois são permitidas barragens a montante, como nesse caso. Elas são construídas mediante sucessivas camadas desses resíduos, compactadas numa ponta de onde se localizam. E não a jusante desses depósitos, onde em terreno firme e com outros materiais elas teriam maior sustentação. O último vídeo que vi sobre o rompimento foi o mais amplo, mostrou- o desde o início, e vê-se que a lama começou a sair pelo lado de baixo da represa, evidenciando a fragilidade da construção a montante.

Cabe, assim, proibir a construção de barragens desse tipo e desativar as ainda existentes. O presidente da Vale falou de "descomissionar" todas essas barragens, explicando que isso significa prepará-las para que sejam integradas à natureza.

É ver para crer. Por enquanto, essas barragens, da Vale e de outras empresas, estão aí. E mesmo que proibido o seu uso, decorrerá algum tempo até que os riscos sejam eliminados. Assim, é preciso monitorá-las, mas algo mais abrangente que fiscalizações e outros exames periódicos. O noticiário referiu-se a laudos de datas passadas, mas o monitoramento deve ser permanente, em tempo real, com sensores e alarmes que indiquem o seu status, a probabilidade de rompimentos, a antecipação e o alarme de eventuais problemas.

Segundo a Folha de S.Paulo de 4/2, tecnologia para isso já existe, mas a Vale se recusou a adotá-la. Sabe-se que havia no local da barragem de Brumadinho uma sirene que deveria ter funcionado quando o desastre começou, mas foi levada pela lama. A mesma reportagem fala de uma combinação de satélites, drones e sensores para o monitoramento em tempo real.

A lição básica de Mariana e desse novo desastre é que riscos foram mal avaliados e mal administrados. Um risco é associado à incerteza quanto a um evento que, se materializado, pode trazer perdas econômicas e humanas. Na sua administração há dois aspectos essenciais: a probabilidade de se manifestarem e a severidade dos danos a que podem levar. Ponderando frequência e severidade, pode-se evitar, reduzir, transferir, compartilhar ou assumir riscos.

Nas barragens a montante, evitar seria proibir novas e desativar as ainda existentes. Isso implicaria transformá-las em terrenos secos ou com pequenos lagos e reflorestar as áreas correspondentes, entre outras formas de reintegrá-las à natureza. Reduzir riscos envolveria medidas como essa do monitoramento em tempo real.

A tradicional fiscalização governamental poderia ajudar, mas não vejo como o governo possa realizá-la de forma ágil e eficaz com os recursos humanos e financeiros de que dispõe. E muito menos em tempo real. Riscos também poderiam ser menores se removida a ocupação de terrenos a jusante que poderiam ser atingidos por seu rompimento. Como foi possível a Vale ter um restaurante e escritório nessa condição, em Brumadinho? Foi mesmo uma irresponsabilidade.

Transferir riscos seria, por exemplo, o caso de passá-los a uma seguradora, mas a julgar pelo desastre de Mariana elas não cobrem a extensão das perdas econômicas, muito menos a de perdas humanas, a preocupação fundamental. O compartilhamento, uma forma de transferência, não sei no que ajudaria se realizado entre seguradoras. Assumir riscos foi o que a Vale essencialmente fez. E merecidamente terá de arcar com os ônus decorrentes.

Políticas públicas quanto a riscos de barragens como a de Brumadinho precisam ponderar, portanto, que empresas responsáveis por elas envolvem o risco de não se comportarem adequadamente, aumentando a probabilidade de o risco se materializar. E de serem ineficazes na reparação dos danos se isso acontecer. O desastre de Mariana mostrou que multas não foram pagas em sua totalidade e ainda há gente reclamando indenizações.

Portanto, a solução é proibir novas barragens a montante e o funcionamento das existentes. Respeitado um período de ajuste, isso não paralisaria a

mineração, pois há tecnologias modernas que dispensam o uso de barragens de resíduos, qualquer que seja o seu tipo.

Mas é preciso dar um tempo às mineradoras, sem asfixiá-las financeiramente ou em suas atividades produtivas. A Justiça já bloqueou R\$ 11,8 bilhões nas contas da Vale, sem ponderar os riscos de exagerar na necessidade de tantos bilhões. E na terça-feira aquele mesmo jornal anunciou ordem judicial que mandou suspender as operações de oito barragens da Vale em Minas Gerais, incluída a de uma mina que é a maior da empresa no Estado.

Parecem-me decisões tomadas a montante do problema, sem ponderar os riscos a jusante, como o desemprego e os danos à arrecadação tributária de municípios dependentes das atividades de mineração.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/02/2019

Seção: Economia

Autor: Paula Dias Altamiro Silva Junior

Título: Bolsa cai 3,74% com Previdência e Vale

Temor de atraso na votação da reforma e cancelamento de autorização para operação de barragem levaram Ibovespa à maior queda em 8 meses

Em queda durante todo o dia, diante da percepção de que a reforma da Previdência pode demorar a ser votada no Congresso, o Ibovespa (principal indicador da B3, bolsa paulista) acelerou as perdas na reta final do pregão. A notícia do cancelamento da autorização da Vale para operar a barragem de Laranjeiras – que recebe os rejeitos de produção da mina de Brucutu, a maior da mineradora em Minas Gerais – levou o indicador a fechar em baixa de 3,74%, aos 94.635,57 pontos. Foi a maior queda porcentual desde 28 de maio do ano passado, época da greve dos caminhoneiros.

Além do cancelamento da autorização para operar a barragem, determinada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), surgiram informações de que a mineradora sabia de problemas nos sensores responsáveis por monitorar a situação da mina do Córrego do Feijão dois dias antes do rompimento. Para completar, o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF1) negou o pedido da empresa para retomar as operações da mina de níquel Onça Puma, no Pará.

Diante da série de más notícias, os papéis da companhia chegaram a ter a negociação interrompida, ao registrarem queda de 4,05%, logo após a divulgação de fato relevante da mineradora que detalhava a suspensão da licença. A ação fechou na mínima do dia, com queda de quase 5% (4,88%).

Reforma. Em meio ao maior ceticismo com a reforma, alguns dos papéis do chamado Kit Brasil estiveram entre as maiores quedas do pregão. Foi o caso de Banco do Brasil ON, que fechou com perda de 6,09%. Eletrobrás PNB caiu 4,08%. Entre as ações que fazem parte do Ibovespa, apenas Suzano ON fechou em alta (+1,18%), influenciada pela valorização do dólar.

"Desde cedo vimos que, apesar de a Bolsa ter subido bastante nos últimos dias, a queda era mais que uma realização de lucros. A percepção é que fica mais complicada a tramitação (da reforma da Previdência) a partir do zero, com a matéria passando por novo trâmite. Há quem acredite em aprovação da reforma no primeiro semestre, mas creio que essa é uma avaliação bastante otimista, dadas as idas e vindas que devem ocorrer", disse Eduardo Guimarães, especialista em ações da Levante Ideias de Investimento.

O dólar teve a maior alta ontem dos últimos 11 pregões e subiu 1,11%, para R\$ 3,7049. O real registrou um dos piores desempenhos no mundo ante a moeda americana, que se fortaleceu em meio a temores de nova paralisação no governo dos EUA e da desaceleração da economia mundial.

Por aqui, preocupações com a tramitação da reforma da Previdência fizeram o investidor buscar proteção no dólar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/02/2019

Seção: Economia

Autor: Denise Luna Renata Batista / RIO

Título: Vale já perdeu R\$ 70,6 bi em valor de mercado

Com a queda de quase 5% na ação registrada ontem, a Vale já perdeu R\$ 70,6 bilhões em valor de mercado desde o acidente da mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), ocorrido no dia 25 de janeiro. Um dia antes do rompimento da barragem, o valor de mercado da Vale era de R\$ 289,7 bilhões, caindo para R\$ 219,1 bilhões ontem. De acordo com um analista, que pediu para não ser identificado, o cancelamento da autorização provisória que a mineradora tinha para operar a barragem de Laranjeiras e a decisão do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF1) de negar o pedido da Vale para retomar as operações da mina de níquel Onça Puma, no Pará, reforçam a visão de maior incerteza em relação à mineradora.

A unidade de Onça Puma respondeu por 11% da produção de níquel da Vale entre janeiro e setembro de 2018, enquanto a paralisação de Brucutu poderá tirar do mercado 30 milhões de toneladas de minério de ferro, que vão se somar aos 40 milhões que também não serão produzidos este ano nas minas de Minas

Gerais, cujas barragens foram fechadas pela Vale depois da tragédia. Segundo o analista da Mirae Corretora Pedro Galdi, o mercado começa a somar todas as notícias negativas para a mineradora, que ainda poderá ser castigada pelos investidores estrangeiros. Geralmente, lembra Galdi, esses investidores costumam entrar na justiça americana pedindo ressarcimento das perdas quando a empresa tem culpa da queda do valor das ações.

"A primeira queda das ações (dia 28/2) foi exagerada e o mercado foi corrigindo aos poucos, mas quando começaram a sair o número de mortos (de Brumadinho), rebaixaram o rating, e as várias notícias negativas como as de hoje, o papel foi perdendo o valor", explicou Galdi, que coloca também na "lista negativa" as multas que vem sendo anunciadas. Para analistas, do ponto de vista da produção, a companhia poderá compensar a redução com mudanças nas estratégias. No caso do minério de ferro, avaliam que há espaço para aproveitar a produção de Carajás, no sistema Norte.

A decisão judicial que paralisou a mina de Brucutu, porém, é apontada como fator de incerteza. "A barragem de Brucutu é completamente diferente da que rompeu. Mesmo assim, a Justiça decidiu parar", destacou o representante de uma das principais casas de análise sobre a mineradora.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/02/2019

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Tragédia de Brumadinho paralisa venda de ativo de R\$ 1 bi da Usiminas

Mineração. Após resolver uma longa briga societária, a siderúrgica tentava se desfazer da Musa, seu braço de extração de minério, para reduzir sua dívida, que hoje é de R\$ 5,9 bilhões; segundo fontes, ArcelorMittal e Ferrous, da Vale, estariam entre interessadas

As negociações para a venda do negócio de mineração da siderúrgica Usiminas travaram, apurou o "Estado" com fontes a par do assunto. As conversas foram interrompidas na semana passada, poucos dias após o rompimento da barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), que pertence à Vale.

Avaliada em cerca de R\$ 1 bilhão, a venda da Mineração Usiminas (Musa) é uma das prioridades da companhia mineira para reduzir seu pesado endividamento, de R\$ 5,9 bilhões. No ano passado, o grupo contratou o BTG Pactual para vender os 70% da participação que detém na Musa. Os outros 30% pertencem ao conglomerado japonês Sumitomo.

Entre os potenciais interessados no ativo estão a ArcelorMittal e a Ferrous, que foi comprada pela Vale no fim do ano passado. O banco estava na fase de recebimento das propostas. A expectativa era concluir as negociações até julho. O grupo Sumitomo, que adquiriu sua participação na Musa em 2010, tem o direito de preferência pela compra do ativo, mas não manifestou interesse pelo negócio.

Fontes ouvidas pelo Estado acreditam que a venda de ativos de mineração em Minas Gerais deverá ser interrompida por tempo indeterminado por causa da insegurança jurídica criada após o episódio de Brumadinho. "O setor agora está em xeque. Investidores querem entender os riscos para fechar negócio", afirma Pedro Galdi, analista da gestora Mirae Asset.

Localizada em Serra Azul, na região conhecida como Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, a Musa está próxima aos negócios da ArcelorMittal e da Ferrous. Adquirida pela Usiminas no início dos anos 2000, a empresa tem capacidade de produção estimada em 12 milhões de toneladas de minério de ferro.

Embora o volume de produção seja considerado pequeno – a capacidade da Vale é de cerca de 400 milhões de toneladas anuais –, a produção da Musa é tida como estratégica para alimentar o consumo de matériaprima das indústrias siderúrgicas de Minas Gerais.

Vallourec. O BTG Pactual também tinha o mandato, até o ano passado, para a venda da mina Pau Branco, que pertence à francesa Vallourec. O ativo, avaliado à época em cerca de US\$ 500 milhões, chegou a ser estudado pela ArcelorMittal e Vale, mas o grupo francês decidiu suspender o processo de venda.

Tanto a mina da Vallourec quanto a da Musa são consideradas mais seguras do que a da Vale, em Brumadinho. No caso da Musa, a barragem de rejeitos da mineração é construída no modelo conhecido como alteamento à jusante (em que o dique é separado por argila compactada), enquanto a extração da Vallourec é a seco.

O movimento de verticalização das empresas siderúrgicas – que passaram a ser donas de minas para baratear a produção de aço – começou a se intensificar nos anos 2000. Mas, desde 2015, com o excesso de oferta de minério, as siderúrgicas do País começaram a se desfazer de ativos para reforçar o caixa.

A CSN não descartava até pouco tempo atrás a entrada de um sócio na CSN Mineração, dona da mina Casa de Pedra, em Minas Gerais. No entanto, o rearranjo acertado com o grupo de siderúrgicas asiáticas sócio da mineradora esfriou a necessidade de buscar um novo investidor para o negócio, segundo fontes próximas à empresa.

Procurada, a Usiminas informou que "o processo de avaliação estratégica do ativo com o BTG Pactual segue em andamento e que não há, neste momento, fatos novos relativos às negociações". Arcelor Mittal, Vale e Vallourec não comentaram. A Sumitomo não retornou os pedidos de entrevistas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Fabio Serapião / BRASÍLIA Ricardo Galhardo

Título: Troca de e-mails indica que Vale sabia de problema em sensores de barragem

Tragédia em Minas. Polícia Federal teve acesso a mensagens de engenheiros de dois dias antes do desastre, destacando leituras "discrepantes" de equipamentos colhidas no dia 10 de janeiro; técnico preso sugere que situação exigiria evacuação emergencial

A Polícia Federal identificou em e-mails trocados por funcionários da Vale e da consultoria alemã Tüv Süd que a empresa de mineração já sabia de problemas com sensores da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), dois dias antes do rompimento que matou 150 pessoas e deixou 182 desaparecidos. As informações constam do depoimento do engenheiro Makoto Namba, coordenador de projetos da empresa Tüv Süd.

No depoimento aos policiais, ao ser questionado sobre o que faria se tivesse um filho no local e soubesse das informações contidas na troca de emails, Namba disse que o mandaria sair imediatamente. E afirmou que acionaria a Vale para disparar o plano de emergência. A informação foi revelada ontem pela repórter Andreia Sadi, da GloboNews, e confirmada pelo Estado. A barragem de Brumadinho se rompeu em 25 de janeiro.

Os e-mails foram trocados entre os dias 23 e 24, antevéspera e véspera da tragédia e citam dados "discrepantes" colhidos no dia 10 de janeiro, ou seja, 15 dias antes da tragédia. Funcionários de uma terceirizada da Vale também participam da discussão. O Estado mostrou ontem que o relatório da Tüv Süd, que atestou a estabilidade da barragem, trabalhava com uma margem de segurança muito baixa para a hipótese da liquefação dos rejeitos – fenômeno apontado como a provável causa do colapso.

Os funcionários da Tüv Süd André Jum Yassuda e Makoto Namba prestaram depoimento ao delegado Luiz Augusto Nogueira, da Polícia Federal de Minas, e responderam perguntas sobre os e-mails em posse da PF. Os dois foram presos na semana passada e tiveram ordem de soltura expedida anteontem pelo

Superior Tribunal de Justiça (STJ). A PF disse que não comentaria o caso, porque o inquérito está sob sigilo.

Questionado a respeito de "dados discrepantes obtidos através da leitura dos instrumentos automatizados (piezômetros) no dia 10/01/2019, instalados na barragem B1 do CCF (Complexo Córrego do Feijão), bem como acerca do não funcionamento de 5 (cinco) piezômetros automatizados", Namba afirmou que os dados dos sensores só foram levados a seu conhecimento pela Vale após o rompimento. Namba também afirmou à PF que se sentiu pressionado por um funcionário da Vale durante reunião para falar sobre a assinatura do laudo de estabilidade da barragem feito por ele.

De acordo com o engenheiro, o funcionário o questionou se a Tüv Süd iria assinar a declaração de estabilidade. Embora a princípio tenha respondido que só assinaria após o cumprimento de suas recomendações, recuou e avalizou a segurança da barragem por se sentir pressionado. Ele também disse à PF ter conhecimento sobre nascente de água próxima do reservatório da barragem, o que poderia comprometer sua estabilidade. Segundo ele, "a água excedente corria para dentro da barragem".

"O declarante não sabe dizer ao certo, mas pode afirmar que desde o fim de julho/ 2018 foi construída uma barreira e colocada uma tubulação na nascente para desviar a água do reservatório", diz trecho do relatório da PF sobre o relato. Segundo ele, ainda em setembro solicitou à Vale a construção de um equipamento específico (SUMP) para que o excedente de água fosse retirado da barragem. Sobre a localização do refeitório e da sede administrativa da empresa, destruídos pelo rompimento e onde estavam algumas das vítimas, o engenheiro disse que, se o Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM) mostrou que estavam no caminho da lama, a Vale deveria ter transferido todas essas construções para outros locais.

Defesa. A Tüv Süd, por nota, afirmou que a deu início a uma investigação. "Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para contribuir para uma investigação abrangente desse caso", diz a nota. Segundo a empresa, além de contratar um escritório para apuração independente, será contratado "um especialista" para avaliar questões técnicas. Disse ainda não poder dar informações adicionais por causa da investigação em andamento por autoridades brasileiras.

Também por nota, a Vale afirmou que colabora "proativamente e da forma mais célere possível com todas as autoridades que investigam as causas do rompimento da barragem". Conforme a empresa, foram entregues voluntariamente documentos e e-mails, "no segundo dia útil após o evento, para procuradores da República e delegado da Polícia Federal." Disse, porém,

que não faz comentários sobre particularidades da investigação. /
COLABORARAM FAUSTO MACEDO e JULIA AFFONSO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Roberta Jansen / RIO

Título: Sobreviventes relatam suposto vazamento

Moradores do Córrego do Feijão, em Brumadinho, e funcionários que sobreviveram ao rompimento da barragem relataram a ocorrência de um suposto vazamento no pé da estrutura, uma semana antes do colapso. Segundo esses depoimentos, a mineradora estaria tentando reparar o problema, sem sucesso. "Eu pude notar que tinha uma lona azul, lá no pé da barragem, e procurei saber se havia algum vazamento, mas ninguém falou nada", contou Celso Henrique de Oliveira, de 20 anos.

Ele trabalhava dentro da mina em uma empresa terceirizada. O depoimento foi dado ao Movimento dos Atingidos por Barragens. A pesquisadora Karine Carneiro, do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais da Universidade Federal de Ouro Preto, que acompanha o trabalho da força-tarefa que investiga o colapso, observou depoimentos semelhantes. "Temos relatos sobre a lona azul, usada quando da ocorrência de umidade ou vazamento", conta ela. "Outras pessoas falam de um brejo no pé da barragem, que estaria sendo observado."

Uma imagem de satélite feita antes do rompimento da barragem do Córrego do Feijão também revela um volume de água muito acima do normal entre os rejeitos. A saturação, ou excesso de água, pode ter causado o colapso da estrutura, de acordo com a força-tarefa responsável pela investigação do desastre. O relatório da consultoria alemã Tüv Süd, que atestou a estabilidade da estrutura em agosto do ano passado já apontava problemas na drenagem interna da barragem. Havia entupimento de algumas tubulações de drenos e erros de projeto.

Empresa. Procurada, a Vale informou que não houve registro de aumento do nível de água na barragem. Segundo a mineradora, após a instalação dos drenos horizontais profundos, como medida adicional de segurança, em 2018, foi feita inspeção em toda a barragem e não se detectou nenhuma anomalia. A mineradora também afirmou que duas auditorias foram realizadas, em junho e setembro do ano passado, por uma empresa de

renome internacional, que atestou a segurança física e hidráulica da estrutura.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: LEONARDO AUGUSTO, ESPECIAL PARA O ESTADO, e RENATA BATISTA

Título: Fracassa acordo de empresa com Promotoria

BELO HORIZONTE

A Vale se recusou a assinar ontem Termo de Ajuste Preliminar Extrajudicial proposto ontem pelo Ministério Público de Minas com ações emergenciais a serem implementadas por causa do rompimento da barragem de Brumadinho (MG). A mineradora alegou precisar de tempo para análise técnica das medidas, conforme informações do promotor André Sterling Prado, que faz parte da força-tarefa que investiga o caso. Para Sterling, a Vale precisa entender a importância do acordo.

"Se na próxima semana esse documento não estiver aceito e construído, aí vai estar caracterizada postura da Vale como empresa que não quer ressarcir os crimes que ela tem cometido." Em nota, a mineradora informou que "mantém contato com as autoridades de Minas com o objetivo de buscar soluções consensuais de forma a dar maior celeridade à indenização dos atingidos". Na cláusula de número 6 do termo, fica estabelecido que a empresa "obriga-se a adotar todas as medidas necessárias para o estancamento total do carreamento de volume de rejeitos e lama que ainda continuam a vazar das barragens rompidas, inclusive a construir e operar estruturas emergenciais de contenção de sedimentos e/ou tratamento sistemas de tratamento in situ de água e dos rejeitos que vazaram".

Segundo o promotor, na reunião ficou acertado ainda que a Vale vai repassar imediatamente R\$ 13 milhões ao governo de Minas para repor gastos públicos com o desastre. "Se isso não ocorresse, as buscas teriam de ser suspensas", disse. Haverá nova reunião na próxima semana.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 07/02/2019**Seção:** Mercado**Autor:** Nicola Pamplona**Título:** Agência promete fim de barragens como a de Brumadinho e aponta lobby

Diretor diz que há lacunas na legislação, pressão do setor e falta de recursos para fiscalização

Rio de Janeiro - O diretor da ANM (Agência Nacional de Mineração) Eduardo Leão diz que falta de recursos, lacunas na legislação e lobby das mineradoras são entraves à fiscalização no setor e promete, como resposta à tragédia em Brumadinho (MG), medidas para acabar com barragens semelhantes no Brasil.

Estabelecida oficialmente no fim de 2018, a agência é responsável pela aprovação e fiscalização de projetos de mineração no país. O órgão herdou a estrutura do extinto DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).

À Folha, Leão defendeu a atuação do DNPM após o rompimento da mina da Samarco em Mariana (MG), em 2015, que deixou 19 mortos, mas reconheceu que as medidas tomadas não foram suficientes para evitar a tragédia da Vale — até esta quarta-feira (6), eram 150 mortos e 182 desaparecidos.

Após Mariana, a ANM proibiu a construção de novas barragens com alçamento a montante, como as duas que romperam, e criou um sistema online de acompanhamento de dados de monitoramento das barragens, que devem ser enviados a cada 15 dias pelas mineradoras.

Leão diz que as últimas informações enviadas pela Vale a respeito da barragem 1 da mina de Córrego do Feijão não indicavam problema.

Por isso, uma medida de reforço é a exigência de monitoramentos diários.

Outra, "mais enérgica", segundo ele, é a publicação de portaria determinando o fim das barragens com alçamento a montante, como as de Mariana e Brumadinho, técnica considerada menos segura. São 88 estruturas no país.

Segundo o diretor da ANM, o texto deve ser finalizado ainda esta semana, obrigando os empreendedores a retirar os rejeitos e devolver a área à natureza ou realizar obras mudando as características das barragens para outro método.

"Estamos tentando dar um basta nisso", afirmou. "Esse tipo de barragem é imprevisível. Isso não é uma coisa só no Brasil, é internacional. No Canadá, por exemplo, é conhecida como monstro silencioso."

Mais barato, por usar menos terra em sua construção, o alteamento amontante é proibido no Brasil desde 2016. A eliminação das existentes, porém, implicará custo extra para as mineradoras, o que pode criar resistências.

"Agente sabe que a mineração é muito importante, não só para desenvolvimento do Brasil, mas para o desenvolvimento local. Nosso interesse não é quebrar nenhum município, não é deixar pessoas desempregadas", diz.

Segundo Leão, a agência finaliza os estudos sobre prazos e condições para as obras nas barragens. Há grande preocupação no setor com as estruturas instaladas em minas de ouro, que contêm produtos químicos prejudiciais à saúde e ao ambiente.

Leão reclama que a agência não tem capacidade de fiscalizar com maior frequência as 740 barragens de mineração. O quadro de servidores caiu de 1.140 em 2010 para 820 em 2018. Neste ano, 300 entram em condições de se aposentar.

Por lei, o órgão tem direito a 7% da arrecadação de royalties, que em 2018 somaram R\$ 3 bilhões, mas a cota nunca é entregue.

Ele se queixa ainda de lacunas na legislação, como indefinições sobre a atribuição para aprovar planos de emergência e as baixas multas.

Na mina Córrego do Feijão, o refeitório estava localizado abaixo da barragem. O plano previa que seria atingido em um minuto, em caso de acidente. "Aquele refeitório não deveria estar ali", frisa Leão, que já foi funcionário da Vale.

As multas foram objeto de projeto de lei no Senado, que subiria a penalidade máxima dos atuais R\$ 3,6 mil para R\$ 30 milhões —foi engavetado.

"Tanto a questão de barragens quanto a questão das multas já foi pauta no Senado e realmente não andaram", reclamou Leão, dizendo crer que "tenha tido algum lobby para arquivar esses projetos".

Questionado se esse lobby prejudica o trabalho da agência, respondeu que sim. "Infelizmente, tem empresas sérias, que agente conhece, que em alguns momentos acabam formando um certo cartel que não permite esses avanços", disse, sem querer citar nomes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 07/02/2019****Seção: Cotidiano****Autor: Fabrício Lobel e Júlia Barbon****Título: Sirenes de alerta intactas contrariam versão inicial da Vale em Brumadinho**

Elas soaram dois dias após a tragédia, quando empresa suspeitou que outra represa poderia ruir

Ao menos duas sirenes que ficam próximas a áreas devastadas pela lama em Brumadinho (MG) estão intactas, o que contraria o discurso inicial da Vale de que elas não tocaram no momento da ruptura da barragem da empresa porque foram destruídas pelos rejeitos.

A tragédia, no dia 25 de janeiro, deixou 150 mortos e 182 desaparecidos até esta quarta-feira (6).

As duas sirenes preservadas estão no Parque da Cachoeira, bairro rural onde já foram achados no mínimo dez corpos, possivelmente que vieram da sede da mineradora. Elas inclusive soaram dois dias após a tragédia, na madrugada de 27 de janeiro, quando a empresa suspeitou que outra represa, desta vez de água, poderia ruir — o risco foi posteriormente descartado.

“Quando era para funcionar, ela [a sirene] não funcionou. Só foi ligar no domingo. Era um som contínuo, longo, e depois uma gravação dizendo para se abrigar”, relata um morador que consegue ver um dos aparelhos de seu quintal. Ali, ele perdeu parte de sua plantação de mandioca.

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, chegou a dizer na última quinta (31) que os alarmes haviam sido “engolfados” na tragédia. “Houve um rompimento muito rápido, e o problema é que a sirene que ia tocar foi engolfada pela queda da barragem antes que ela pudesse tocar”, ele afirmou à imprensa.

Dois dias depois, porém, a versão oficial da mineradora mudou. A resposta para os equipamentos não terem sido acionados passou a ser a velocidade da ruptura, conforme uma nota divulgada, sem uma explicação de como o sistema funcionava.

A empresa diz apenas que o alerta sonoro era acionado manualmente, por uma central que fica fora da mina do Córrego do Feijão e funciona 24 horas por dia — o chamado Centro de Controle de Emergências e Comunicação (Cecom), cuja localização não foi informada.

Um dos encarregados de avisar o responsável por essa central, segundo o plano de emergência da barragem (o PAEBM), morreu na tragédia. Era Alano Teixeira, coordenador suplente do plano.

Como revelou a Folha, o plano já previa que, em caso de colapso da estrutura, a onda de rejeitos poderia atingir o refeitório dos funcionários da mineradora e a área administrativa em até um minuto.

A reportagem ligou para o coordenador titular do PAEBM, Marco Conegundes, também citado no documento, e perguntou o que aconteceu com as sirenes, mas ele disse que não poderia comentar e recomendou que a reportagem procurasse a assessoria de imprensa da empresa.

O que o plano de emergência previa era que, uma vez constatada a ruptura, o coordenador do PAEBM deveria avisar o Cecom. Este, por sua vez, acionaria as seis sirenes nas comunidades do entorno, e a população se deslocaria imediatamente para rotas e pontos de encontro previamente informados.

Apesar de a Vale afirmar que foi feito um simulado de emergência em junho de 2018, parte dos moradores diz até hoje não saber quais locais são seguros. Um deles é o produtor rural Guilherme de Oliveira, 26, que vive em Parque da Cachoeira. Ele conta que funcionários da empresa passaram informando que, se as sirenes instaladas há dois ou três meses perto da sua casa tocassem, a família deveria correr. “Mas correr pra onde eu ainda não sei”

Segundo o engenheiro Moacyr Duarte, consultor de análise de risco e planejamento de emergência, independentemente do sistema de sirene adotado, o problema é o plano não considerar um cenário chamado de “ruptura catastrófica”, que foi o que ocorreu.

“Quando se faz a simulação desse cenário no computador, usando um modelo matemático, e se vê que não haveria tempo hábil para avisar ninguém, a primeira providência é eliminar da área tudo que é sensível, todas as edificações. Mas o plano é feito para um cenário de ruptura lenta”, diz.

Ao ser questionada novamente nesta terça (5) sobre a falha nas sirenes, a Vale se limitou a declarar que “ainda está apurando as causas que impediram o apropriado acionamento do sistema”. Também não respondeu se havia um plano B.

Enquanto as investigações não são concluídas, os moradores continuam se perguntando se algo teria mudado caso o alarme tivesse soado naquela sexta. “Fico pensando que muita gente poderia ter se salvado”, diz Guilherme.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 07/02/2019**Seção:** Cotidiano**Autor:****Título:** Órgãos querem que Vale assine termo de pagamento imediato

Um grupo de instituições públicas entrou com pedido nesta quarta-feira (6) para que a Vale assine um termo em que se compromete a cumprir medidas de emergência e reparação pelos danos em Brumadinho (MG).

O documento foi elaborado por Ministério Público de Minas, Ministério Público Federal, defensorias públicas estadual e da União, o Estado de Minas Gerais e as advocacias-gerais do estado e da União.

O objetivo é obrigar a mineradora a cumprir rapidamente medidas para barrar danos socioeconômicos e socioambientais. Se aprovada, será incluída em processo da Advocacia-Geral do Estado que bloqueou R\$ 1 bilhão da Vale.

Está previsto ainda um pagamento mensal emergencial aos atingidos. Segundo a Promotoria mineira, esses valores não serão deduzidos de indenização a ser paga.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 07/02/2019**Seção:** Cotidiano**Autor:****Título:** Empresa diz que vai deixar de extrair minério em barragens desativadas

A mineradora Vale afirmou que vai deixar de extrair minério de ferro em barragens que estavam desativadas, como planejava fazer antes da tragédia com o reservatório que se rompeu em Brumadinho (MG).

Segundo a empresa, em resposta a lista de perguntas feitas pela Folha, o objetivo neste momento é agilizar o processo de descomissionamento, quando a estrutura construída pelas mineradoras com o material derivado da atividade de mineração é descompactado para reduzir o risco de novos rompimentos.

Desde 2016, a Vale dá sobrevida comercial a esses rejeitos ao extrair minérios finos que sobram do processo de mineração. O chamado pellet feed fines é usado para criar o BRBF (Brazilian Blend Fines), produto que mistura esses minérios com o tipo extraído no Sistema Norte de Carajás, mais nobre.

A extração de minérios finos em rejeitos só é possível em barragens à montante, técnica apontada por especialistas como a forma mais barata, e mais perigosa, de conter rejeitos.

A barragem que rompeu em Brumadinho foi construída a montante nesse modelo e estava inativa desde 2015, segundo a empresa. Em dezembro, a Vale obteve licença ambiental para retomar as atividades na barragem justamente para extrair os minérios finos dos rejeitos.

Especialistas dizem que o refino de minério em barragens torna-se rentável quando sobe o preço do ferro, como tem ocorrido desde o ano passado.

Segundo uma amostra captada na barragem 1 do Córrego do Feijão (a que se rompeu) e que consta em estudo da empresa de 2014, os rejeitos contidos ali apresentavam teores médios de 48,08% de ferro. Com o método de separação magnética, chegou-se a um concentrado com até 67,54%.

A extração nas barragens estava presente nas projeções da Vale há anos. Já havia um projeto para isso na barragem de Brumadinho, que estava previsto na ampliação das operações do complexo Paraopeba, o mesmo onde está a mina do Córrego do Feijão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Rogério Gentile

Título: 'Acidentes talvez não fossem evitáveis, mas tragédias, sim'

Para especialista em geotecnia, prisão de engenheiros foi 'no mínimo' precipitada

A engenheira Maria Eugenia Gimenez Boscov, especialista em geotecnia ambiental, afirma que não existe uma barragem totalmente segura.

Isso não significa, entretanto, em sua opinião, que tragédias como a de Brumadinho e Mariana (MG), não poderiam ter sido evitadas.

"Os acidentes, talvez, não fossem evitáveis", diz a professora titular do Departamento de Engenharia de Estruturas e Geotécnica da Escola Politécnica da USP. "Mas as tragédias eram perfeitamente evitáveis."

Maria Eugenia afirma ser necessário estudar os chamados "cenários de ruptura", simulando seus efeitos e, conseqüentemente, adotando providências para que um eventual acidente não se transforme em uma tragédia.

A professora diz também que foram, “no mínimo” precipitadas as prisões dos engenheiros André Yassuda e Makoto Namba, contratados para fazer os laudos de estabilidade da barragem. “São profissionais altamente gabaritados e imensamente respeitados no meio da geotecnia.”

Em três anos, o Brasil foi vítima de dois acidentes com barragens em áreas de mineração. Eram tragédias evitáveis?

As tragédias, sim, eram perfeitamente evitáveis. Já os acidentes talvez não o fossem. Não existe obra totalmente segura, porque não existe probabilidade zero de ruptura. Para isso é que se fazem os chamados cenários de ruptura. Estudam-se variações possíveis de onde, quando, como e porque aquela barragem pode se romper. Assim, podem-se simular os efeitos de uma ruptura, desde as vidas que seriam perdidas até as áreas que seriam impactadas.

Como se explica então a existência, em Brumadinho, de um refeitório e de um edifício administrativo no caminho direto do derramamento dos rejeitos?

Não posso especular se os planos de segurança de Brumadinho estavam em dia com a legislação, mas é evidente que há uma distância considerável entre um plano efetivo e a realidade do que se desenrolou ali. Não parece que a população e os funcionários estavam cientes do perigo que corriam ou preparados para atuar em situação de emergência.

Acidentes são comuns em outros países?

Sim, e a engenharia geotécnica evolui com o duro aprendizado dos acidentes e erros do passado. Grandes acidentes com barragens de rejeitos têm ocorrido em diversos países. Na Itália, em 1985, perderam-se 296 vidas na ruptura da barragem de Stava. Neste século ocorreram desastres com mortes também na China e Hungria — e com imensos danos ambientais. Porém, é necessário aprender com os erros, e não os repetir continuamente.

No Brasil, tivemos acidentes com barragens de mineração em 2001, 2003, 2006, 2007, 2014, 2015 e 2019. Em suma, não estamos aprendendo e continuamos a errar.

É necessário fazer mudanças na legislação?

O problema não é falta de legislação, e sim a sua pulverização — temos desde uma lei federal até resoluções, portarias e decretos, dispersos por vários órgãos. Essa pulverização dificulta o entendimento e cria dúvidas até mesmo para os fiscais e o Judiciário. Também gera redundâncias e, o mais grave, áreas descobertas na legislação. Padronizar e unificar é, portanto, urgente.

Dá para monitorar de modo sistemático uma barragem com equipamentos que medem o deslocamento do maciço de terra? Custa caro?

Sim, com equipamentos modernos de sensoriamento remoto é possível monitorar em tempo real os deslocamentos. Não saberia dizer se isto teria feito diferença em Brumadinho, pois não sei se a ruptura deu sinais anteriores a tempo, mas com certeza pode ajudar em muitas outras barragens. E, como infelizmente podemos testemunhar, o custo não pode ser um fator decisivo.

Uma barragem pode entrar em colapso de uma hora para outra?

Sim, isso pode acontecer. Barragens de rejeitos podem se liquefazer por causas estáticas ou dinâmicas sem aviso prévio. A queda de uma aeronave, um sismo, até uma máquina pesada vibrando pode desencadear o processo em alta velocidade. Daí a necessidade de prever cenários de ruptura, e, para cada cenário, tentar minimizar a probabilidade de ruptura e preparar planos de emergência.

Como a senhora avalia a prisão dos engenheiros logo no início da investigação? Passou a impressão de que serviram como bode expiatório?

Sim. Foi uma atitude no mínimo precipitada. Primeiramente, a lei determina que o responsável legal pela segurança da barragem é o empreendedor — no caso, a Vale. Há uma razão para isso: a segurança consiste de um encadeamento intrincado de inúmeros processos que abrangem fatores como projeto, manutenção, monitoramento, treinamento de emergência, entre outros. Cabe ao empreendedor, por exemplo, notificar os órgãos competentes sobre qualquer alteração de engenharia ou de operação. Ora, o relatório dos engenheiros é de setembro de 2018, e desde então o descomissionamento prosseguia, possivelmente provocando alterações nas condições da barragem e do reservatório.

Essas alterações foram devidamente acompanhadas e notificadas?

Acaba de vir a público a íntegra do relatório feito pela TÜV SÜD e pelos engenheiros André Yassuda e Makoto Namba, que contém uma grande quantidade de ressalvas e recomendações feitas à Vale. Esses dados não foram considerados ao se expedirem os mandados de prisão dos engenheiros, que, é importante frisar, são profissionais altamente gabaritados e imensamente respeitados no meio da geotecnia. Pessoalmente, é muito difícil crer que esses dois profissionais fossem capazes de comportamento negligente ou não idôneo.

A tristeza e a revolta da população são justas, mas não se pode destruir precipitadamente, antes de ocorrer uma investigação, duas vidas e reputações dignas para acalmar esse sentimento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Engenheiro diz ter sido pressionado a certificar barragem

Em depoimento à Polícia Federal, o engenheiro Makoto Namba alegou ter sido pressionado pela Vale para dar um laudo que garantia a estabilidade da barragem 1 da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), que se rompeu em 25 de janeiro, matando ao menos 150 pessoas.

Namba trabalha para a companhia Tuv Sud e foi preso, com outras quatro pessoas, quatro dias após a tragédia. Eles tiveram sua soltura determinada pelo Superior Tribunal de Justiça na terça (5).

Um funcionário da Vale teria interpelado o engenheiro, questionando-o: "A Tuv Sud vai assinar ou não a declaração de estabilidade?"

O depoimento à Polícia Federal foi revelado pelo canal de TV Globonews e seu teor foi confirmado pela Folha.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/02/2019

Seção: O País

Autor: BELA MEGALE E MATEUS COUTINHO

Título: Sensores com defeito

TRAGÉDIA EM BRUMADINHO

Troca de e-mails mostra que Vale sabia de problemas em barragem

Uma troca de e-mails entre funcionários da Vale e a empresa responsável pela segurança da barragem de Brumadinho (MG), que rompeu causando a morte de pelo menos 150 pessoas, mostrou que os problemas na estrutura eram conhecidos pela mineradora. As mensagens relatando mau funcionamento dos medidores do nível de água e pressão, chamados de piezômetros, foram escritas entre 23 e 24 de janeiro. A tragédia ocorreu no dia 25.

O engenheiro Makoto Namba, do grupo alemão TÚV SÚD, uma das empresas responsáveis por monitorar a segurança da barragem, foi confrontado pelo delegado da Polícia Federal Luiz Augusto Pessoa Nogueira sobre os e-mails. As mensagens, trocadas entre cinco funcionários da Vale e três da TÚV SÚD, afirmavam que cinco piezômetros não estavam funcionando e que também havia dados discrepantes em outros equipamentos de medição.

Em depoimento ao qual O GLOBO teve acesso, Namba relatou que só tomou conhecimento dos dados após o rompimento da barragem (seu nome não estava entre os que receberam os e-mails).

Ele foi indagado sobre qual providência adotaria se seus filhos estivessem no local, diante das observações que apareciam na troca de mensagens.

“Após a confirmação das leituras, ligaria imediatamente para seu filho para que evacuasse do local bem como que ligaria para o setor de emergência da Vale responsável pelo acionamento do PAEBM (Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração) para as providências cabíveis”, relata o documento da Polícia Federal. Namba foi preso na semana passada e solto há dois dias pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

RELATO DE PRESSÃO DAVALE

No depoimento à PF, Namba relatou a pressão de funcionários da Vale para que o laudo de estabilidade da barragem fosse aprovado. Em uma reunião com a equipe da mineradora sobre o documento assinado por ele, o engenheiro disse ter ouvido de um funcionário da Vale chamado Alexandre Campanha: “A TÚV SÚD vai assinar ou não a declaração de estabilidade?”. Na ocasião, Namba disse que assinaria o documento se a empresa se compromettesse com as melhorias.

“Apesar de ter dado esta resposta para Alexandre Campanha, o declarante sentiu a frase proferida pelo mesmo e descrita neste termo como uma maneira de pressionar o declarante e a TÚV SÚD a assinar a declaração de condição de estabilidade sob o risco de perderem o contrato”, diz o depoimento do engenheiro.

Ainda segundo Namba, a TÚV SÚD realizou estudos de revisões periódicas em 31 barragens de rejeitos de mineração da Vale, e a de Brumadinho foi a que apresentou os riscos mais altos. O engenheiro disse que a probabilidade de rompimento da barragem era de 1 para 5 mil e que esse valor é considerado acima do recomendado pela própria Vale.

Segundo investigadores, além de Namba, um funcionário da própria mineradora relatou ter informado ao diretor da Vale Sudeste, Silmar Magalhães, o terceiro

na hierarquia da empresa, que a drenagem que fizeram em junho havia tido problema. O nome da testemunha não foi informado.

Em nota, a Vale informou que vem colaborando “pro-ativamente e da forma mais célere possível” com as autoridades que investigam o rompimento da barragem. A empresa disse que entregou voluntariamente documentos e e-mails, no segundo dia útil após o evento, para procuradores da República e o delegado da Polícia Federal. “A companhia se absterá de fazer comentários sobre particularidades das investigações de forma a preservar a apuração dos fatos pelas autoridades”, diz trecho da nota.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/02/2019

Seção: O País

Autor: ANA LUCIA AZEVEDO

Título: 'Todas as barragens de rejeito são perigosas'

ENTREVISTA - Júlio César Grillo, SUPERINTENDENTE DO IBAMA EM MINAS

Ao longo do ano passado, Grillo alertou sobre o risco de rompimento de barragens, incluída a de Córrego do Feijão, nas reuniões da Câmara de Atividades Minerárias do governo de Minas.

Qual o maior risco das barragens de rejeito?

O processo construtivo não é seguro, e elas têm alto potencial de dano. Não se pode dizer que o risco é pequeno porque ele nunca é.

As barragens a montante são as mais perigosas?

Todas as barragens de rejeito são perigosas. As estatísticas do Comitê Internacional de Barragens de Grande Porte mostram que as de montante causam 37% dos rompimentos; as a jusante, 11,5%; de centro, 4,7%. Outros 46,8% são por causas indeterminadas.

O que se deve fazer?

Descomissionar todas as barragens de rejeito. Mas não apenas parar de colocar rejeito nelas. E sim remover o rejeito e colocar dentro da cava da mina ou usar a disposição com o empilhamento a seco.

Mas as mineradoras dizem que o custo é inviável.

Não é verdade. Ele é viável, mas reduz margens de lucro.

Que barragens a seu ver são mais perigosas?

Há muitas. Mas a de rejeito de ouro em Paracatu (da canadense Kinross Gold Corporation) tem 475 milhões de metros cúbicos de rejeito com arsênio, cianeto e mercúrio (Brumadinho vazou cerca de 12 milhões de metros cúbicos). Se romper, acaba com o Rio São Francisco por um século. As barragens de Poços de Caldas guardam rejeito da mineração de urânio e estão paradas há anos. Um vazamento afetaria os rios Paraná e Grande, com reflexos para Argentina, Paraguai e Uruguai.

E a barragem Casa de Pedra, da CSN, em Congonhas?

Ela está a 250 metros de casas e 22 mil pessoas começariam a ser atingidas em cerca de cinco minutos.

Por que o Brasil tem tratado a segurança de barragens assim?

As leis são permissivas. Há um problema de influência no processo de licenciamento. A barragem de Brumadinho não rompeu só porque era a montante. A sociedade brasileira vê com naturalidade o risco. E aceitou Mariana com naturalidade.

O que é preciso?

Precisamos de uma legislação mais rigorosa sobre barragens, tanto ativas quanto inativas. Existem projetos de lei nesse sentido. No centro da questão não estão apenas barragens a montante, isso é cortina de fumaça. Todas são perigosas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/02/2019

Seção: O País

Autor: VICTOR FARIAS

Título: Novos projetos de lei vão de erva-mate a animais domésticos

Em dois dias de trabalho legislativo, deputados já fizeram 488 sugestões

Nos dois primeiros dias de trabalho legislativo, os deputados federais já propuseram 488 projetos de lei. Alguns deles tratam de temas corriqueiros, como a preservação da erva-mate e o destino animais domésticos no caso de separação de casais.

Há ainda propostas relacionadas à saúde pública, meio ambiente, combate à corrupção e títulos municipais. O primeiro deles (PL1/2019) foi apresentado na

segunda-feira pelo deputado Pastor Sargento Isidório (Avante-BA) e tem como objetivo transformar a Bíblia em patrimônio imaterial do país.

Pelo menos onze projetos tratam de barragens. Um deles, dos deputados Weliton Prado (Pros-MG), Alessandro Molon (PSB-RJ) e Aliel Machado (PSB-PR), pede a proibição do uso do método de alteamento a montante na instalação de barragens de rejeitos ou resíduos de mineração. Esse método é o mesmo utilizado na barragem que rompeu em Brumadinho (MG). O Brasil tem 88 barragens desse tipo.

São pelo menos 25 projetos tratando de animais. Dois deles, dos deputados Fred Costa (Patriotas-MG) e Rodrigo Agostinho (PSB-SP), tratam da guarda dos bichos em caso de separação de casais. De acordo com os projetos, o animal ficaria com quem “demonstrar maior vínculo afetivo com o animal e maior capacidade para o exercício da posse responsável”.

Outro projeto, do deputado Alexandre Padilha (PT-SP), quer possibilitar a ida de animais de estimação a hospitais. Para isso, os bichos “deverão estar com a vacinação em dia e higienizados, devendo o responsável comprovar, por meio de laudo veterinário, a boa condição de saúde do animal”.

O deputado Fred Costa propôs também outros dois projetos para a vigilância dos animais. O PL 45/2019 determina que estabelecimentos que comercializam animais domésticos realizem a identificação eletrônica dos animais comercializados, por meio de microchip. Esses equipamentos seriam inseridos na pele do animal. Já o PL 47/2019 obriga os pet shops a realizarem os serviços de banho e tosa somente em locais em que os clientes possam acompanhar.

Já o deputado Heitor Schuch (PSB-RS) pede a preservação da erva-mate cadastrada e identificada como árvore matriz. Essas árvores são consideradas geneticamente superiores a outras plantas da mesma espécie em algum aspecto. O parlamentar gaúcho também propõe uma política de incentivos a pesquisa, seleção e melhoramento genético da erva.

(*estagiário sob supervisão de Francisco Leali)

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/02/2019

Seção: Rio

Autor:

Título: Witzel pediu relatório técnico sobre condições de sete barragens do estado

O governador Wilson Witzel disse ontem que a Secretaria do Ambiente vai divulgar, em 90 dias, um relatório sobre sete barragens do estado que, segundo a Agência Nacional de Águas, oferecem risco de danos ambientais e até de mortes, em caso de vazamento. O diagnóstico da ANA foi revelado no domingo pelo GLOBO.

— Remover pessoas, em razão de barragens, é muito complicado. É preciso prevenir, para que as barragens estejam em condições — afirmou Witzel durante uma cerimônia em homenagem aos bombeiros que apoiaram as buscas em Brumadinho, em Minas Gerais, onde o rompimento de barragem deixou 150 mortos e 182 desaparecidos.

Witzel antecipou que bombeiros, agentes da Defesa Civil e até policiais vão atuar no combate à sonegação fiscal, sem dar detalhes. Alegando que há falta de fiscais, ele estimou que o Rio perde cerca de R\$ 10 bilhões por ano.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/02/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Justiça nega retomada de mina da Vale no Pará

TRF-1 manteve interdição do maior empreendimento de níquel da mineradora no país por impacto em comunidades indígenas. É a segunda decisão judicial desfavorável à empresa nesta semana

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília, negou pedido da Vale para retomar as operações da mina e da usina de níquel Onça Puma, no sul do Pará. O maior empreendimento de níquel da companhia no país está paralisado desde setembro de 2017, quando uma liminar aceitou argumentos do Ministério Público Federal (MPF) de que provocava impactos negativos em comunidades indígenas da região.

Na mesma decisão, proferida na última sexta-feira, o TRF proibiu ainda que a mineradora suspenda os depósitos financeiros mensais que vem sendo feitos às comunidades Xikrin e Kayapó por determinação judicial, informou o MPF. A causa envolve indenizações de R\$ 100 milhões.

Onça Puma produziu 24,7 mil toneladas de níquel em 2017, pouco mais de 8,5% do total produzido pela Vale naquele ano. A companhia tem operações de níquel em vários países, como Canadá, Indonésia, Reino Unido e China. Em seu formulário 20-F, a Vale argumenta que "as alegações da MPF são infundadas" e informa que vai "continuar contestando veementemente essa ação". A empresa não comentou a decisão ontem.

É o segundo revés judicial da Vale nesta semana. Na segunda-feira, decisão da Justiça mineira obrigou a empresa a paralisar sua maior mina no estado, a de Brucutu, responsável por 7,5% de sua produção de minério de ferro. A mineradora informou posteriormente que pode não conseguir cumprir entregas em razão da paralisação de atividades.

Após a tragédia de Brumadinho, a Vale divulgou anteontem um comunicado ao mercado em que detalha investimentos de R\$ 786 milhões em gestão de barragens entre 2016 e 2019, sendo R\$ 256 milhões previstos para este ano. O volume é mais que o dobro do que a empresa diz ter investido em 2016, R\$ 109 milhões.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/02/2019

Seção:

Autor: ANA PAULA RIBEIRO SÃO PAULO E BRASÍLIA

Título: Temor de atraso em reforma faz Bolsa despencar

O mercado de ações brasileiro teve ontem seu pior dia desde a paralisação dos caminhoneiros, em maio do ano passado. A possibilidade de atraso na aprovação da reforma da Previdência gerou uma onda de preocupações entre os investidores, o que fez o Ibovespa, principal índice da Bolsa de São Paulo, fechar em queda de 3,74%, aos 94.635 pontos. Foi o maior recuo desde 28 de maio, quando o indicador caiu 4,49%.

O dólar comercial avançou 1,06% ante o real, a R\$ 3,706, influenciado pela possibilidade de uma nova paralisação (shutdown) do governo dos Estados Unidos, o que fez a moeda ganhar força em escala global.

— Há preocupação com a celeridade da reforma da Previdência. O mercado estava com a expectativa que ela pudesse sair entre o primeiro e o segundo trimestre do ano. O que vemos agora são alguns parlamentares demonstrando que isso pode atrasar — disse Rafael Panonko, analista-chefe da Toro Investimentos.

Segundo o líder do PP na Câmara, deputado Arthur Lira, "não há clima" na bancada para votar logo a reforma.

— Nas condições de hoje, não vejo a Previdência votada em seis meses — disse Lira, cujo partido é da base do governo e tem a terceira maior bancada da Casa, com 38 deputados.

Na terça-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo busca uma economia de pelo menos R\$ 1 trilhão em dez anos. Mas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que o texto não poderia ir direto

para o plenário, embora tenha indicado possibilidade de aprovação até julho. A internação do presidente Jair Bolsonaro, que só baterá o martelo sobre a proposta que será enviada ao Congresso depois que deixar o Hospital Albert Einstein, também elevou a sensação de demora na aprovação.

As principais ações que compõem o Ibovespa operaram em baixa. As preferenciais (PNs, sem direito a voto) da Petrobras caíram 2,26% e as ordinárias (ONs, com direito a voto) recuaram 1,77%.

EFEITO VALE

O cancelamento da licença da barragem de Laranjeiras, que fica na maior mina da Vale em Minas Gerais, fez com que as ações da mineradora sofressem uma forte desvalorização, puxando ainda mais o Ibovespa para o terreno negativo. Os papéis perderam 4,63%.

Os bancos, que possuem o maior peso na composição do índice, também tiveram fortes quedas. As preferenciais do Itaú Unibanco e do Bradesco registraram desvalorização de, respectivamente, 4,21% e 4,71%. Os papéis do Banco do Brasil caíram 6,09%.

Alexandre Wolwacz, diretor da Escola de Investimentos L & S, lembra que, após a alta recente da Bolsa, aproximando-se dos 100 mil pontos, parte dos investidores resolveu vender papéis para embolsar ganhos. Em janeiro, a B3 subiu 10,8%.

—Desde o início do pregão, o mercado começou a sinalizar uma realização de lucros, que acabou afetando quase todos os setores. Não é um indicativo de reversão de tendência. É mais uma correção.

Isso faz com que algumas ações, mesmo com a forte queda de hoje, ainda acumulem altas expressivas no ano. É o caso dos papéis do Banco do Brasil, que têm valorização em torno de 10% no ano.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/02/2019

Seção: Brasil

Autor: João Henrique do Vale/Gabriel Ronan/Junia Oliveira/Marcelo da Fonseca

Título: E-mails indicam: Vale sabia de falha em sensores

A Polícia Federal analisa e-mails trocados entre a mineradora Vale e duas empresas ligadas à segurança da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, que se

rompeu em Brumadinho em 25 de janeiro, deixando um rastro de destruição que já soma 150 mortes confirmadas e 182 desaparecidos. As mensagens evidenciam que, dois dias antes do rompimento, a Vale tinha sido informada sobre problemas em dados de sensores que faziam o monitoramento da estrutura que viria a estourar. As apurações dão a entender ainda que a empresa responsável por atestar a estabilidade da represa vinha sendo pressionada pela mineradora a se manifestar pela segurança do depósito de rejeitos.

As informações fazem parte de depoimentos prestados pelos engenheiros Makoto Namba e André Jum Yassuda, da Tüv Süd Brasil, empresa contratada pela mineradora, divulgados pela TV Globo. Os dois profissionais foram presos dias após o rompimento da barragem. Na terça-feira, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu habeas corpus a ambos e a outros três funcionários da Vale detidos na mesma oportunidade.

Os engenheiros que deram informações em depoimentos estão entre os responsáveis pelos laudos de estabilidade da barragem, feitos em setembro de 2018. Eles foram ouvidos pela PF em 1º de fevereiro. Nas oitivas, foram reveladas mensagens de e-mails trocadas entre funcionários da Tüv Süd Brasil, responsáveis pela barragem, e a Vale. Um engenheiro da consultoria, Dênis Valentin, citado no depoimento, enviou as primeiras mensagens, em 23 de janeiro, a vários interlocutores. Elas foram respondidas por Hélio Cerqueira, funcionário da Vale, no dia seguinte.

Em 24 de janeiro, véspera da catástrofe, foram trocadas novas mensagens, segundo as investigações, respondidas por Anderson Fernandes, outro funcionário da mineradora. Segundo a apuração, o assunto do e-mail era a discrepância entre dados dos piezômetros, aparelhos que fazem o monitoramento da barragem e que são automatizados. Eles teriam apresentado falhas em 10 de janeiro, 15 dias antes do desastre. Outro ponto questionado nas mensagens eletrônicas foi o não funcionamento de cinco aparelhos.

O engenheiro Makoto Namba afirmou, no depoimento, que em reunião com Alexandre Campanha, funcionário da Vale, ouviu a pergunta: “A Tüv Süd vai assinar ou não a declaração de estabilidade?” Namba informou que, diante do questionamento, respondeu que assinaria se a Vale adotasse recomendações indicadas na revisão periódica de junho de 2018. Disse, ainda, na oitiva, que, apesar da resposta, sentiu que a pergunta foi uma maneira de pressionar a empresa a assinar a declaração de condição de estabilidade.

Defesa

Em nota, a Vale informou que está colaborando com as investigações. “Como maior interessada no esclarecimento das causas desse rompimento, além de

materiais apreendidos, a Vale entregou voluntariamente documentos e e-mails, no segundo dia útil após o evento, a procuradores da República e delegado da Polícia Federal. A companhia se absterá de fazer comentários sobre particularidades das investigações, de forma a preservar a apuração dos fatos pelas autoridades”, disse.

Já a Tüv Süd destacou, também em nota, que os dois funcionários que foram temporariamente detidos acabaram libertados. “Por conta das investigações em andamento pelas autoridades do Brasil, com as quais estamos contribuindo, a Tüv Süd não está atualmente em posição de fornecer quaisquer informações adicionais”, limitou-se a afirmar.

Inhotim

Após duas semanas de portões fechados, em razão do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, o Instituto Inhotim reabre no sábado, com entrada gratuita. Em homenagem às vítimas da tragédia, a instituição convidará todos os presentes para fazer um minuto de silêncio. O complexo de arte contemporânea e jardim botânico fica a 16 quilômetros da barragem que se rompeu. Ontem, os funcionários do museu voltaram a trabalhar e participaram de uma programação voltada para acolhimento e bem-estar, com meditação, ioga, exibição de filme e rodas de conversa. O local não foi atingido pela lama, mas a tragédia provocou impactos diretos no Instituto. Dos cerca de 600 funcionários que trabalham no museu, 80% moram na região. Desses, 41 têm familiares próximos desaparecidos ou com óbito declarado, e os demais procuram por amigos e pessoas conhecidas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/02/2019

Seção: Economia

Autor: Marília Sena

Título: Gasolina volta a subir no DF

O preço do litro da gasolina voltou a subir no Distrito Federal, segundo mostra levantamento feito pelo Correio em 30 postos de vendas. O valor mais em conta encontrado pela reportagem foi de R\$ 3,85 e o mais alto, de R\$ 4,67. Em alguns estabelecimentos, onde o litro do combustível estava sendo vendido abaixo de R\$ 4, o preço já chega a R\$ 4,18. Segundo o gerente de um dos postos, o aumento acompanha as variações dos preços cobrados pelas distribuidoras.

Nesta semana, a Petrobras anunciou um novo aumento nas refinarias: o litro do produto, que custava R\$ 1,499 para as distribuidoras, passou para R\$ 1,5079, sem considerar os impostos. Para fixar os preços, a estatal leva em conta as cotações do petróleo no exterior e a cotação do dólar ante o real.

De acordo o presidente do Sindicombustíveis, Paulo Tavares, os postos estão encerrando o ciclo de promoções, portanto, os preços estão voltando ao normal. “A cota dos estabelecimentos para vender mais barato está acabando, com o fim das férias escolares. Vamos voltar a pagar o litro da gasolina acima de R\$ 4”, disse ele.

Para Tavares, prever se as promoções podem voltar é “impossível”, no momento, mas a tendência é de que o valor do litro da gasolina não passe de R\$ 4,20 na maioria dos postos.

*** Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/02/2019

Seção: Opinião

Autor: Juliana Baladelli Ribeiro

Título: A água está acabando?

Uma boa notícia: não, a água não está acabando. Não existe um “ralo” por onde a água saia do planeta Terra. Mas a água disponível para o consumo humano, em qualidade e quantidade suficiente, essa sim pode entrar em extinção. A demanda por água doce está aumentando e ela está ficando mais escassa, com menor qualidade, como relatou recentemente a Unesco. A mudança do clima está provocando maior impacto no ciclo hidrológico, com eventos climáticos extremos mais frequentes, causando enchentes e alagamentos em diversas regiões, assim como estiagens e dificuldade no acesso à água em outras. A falta de água representa um risco econômico, riscos à segurança alimentar e à saúde humana. A água pode ficar cada vez mais cara e seu acesso mais restrito, provocando conflitos de interesse e disputa pelo seu uso.

As metas estabelecidas pelo Brasil no Acordo de Paris incluem a restauração de 12 milhões de hectares de floresta. Em termos de adaptação à mudança do clima e pensando na natureza como solução, saber onde plantar esses 12 milhões de hectares faz uma grande diferença. A restauração ecológica é uma forma muito estratégica de usar os recursos naturais para atingir as metas

globais e melhorar a qualidade de vida da população brasileira, especialmente considerando o aumento de resiliência às mudanças climáticas e a retenção de sedimentos que chegariam aos rios, com melhoria da qualidade hídrica e conservação da biodiversidade por meio do estabelecimento de corredores ecológicos.

O relatório da Unesco denominado Soluções baseadas na Natureza para a gestão da água, lançado em 2018, aponta a combinação de infraestrutura verde e cinza como opção para redução de custos e redução geral de riscos. A implementação de Soluções baseadas na Natureza para a gestão de inundações — que garantam a infiltração de água na terra e reduzam o escoamento superficial de água — é totalmente coerente com a criação de parques lineares, estratégia defendida pela Fundação Grupo Boticário para adaptação de municípios aos impactos causados por chuvas extremas.

Estudos lançados nos últimos meses, com a participação da instituição, apontam que o investimento em infraestrutura natural promove a retenção dos sedimentos que chegariam até os rios, reduzindo assim os custos de tratamento de água, além de aumentar a vida útil do manancial, retardando em muitos anos a necessidade de buscar outras fontes de abastecimento. Resultados semelhantes foram observados nas bacias do Cantareira, em São Paulo; Guandu, no Rio de Janeiro; e do Rio Vermelho, em Santa Catarina.

O investimento na natureza traz benefícios relacionados ao controle de enchentes e aumento de resiliência que se estendem a outras localidades. Tal estratégia representaria custos evitados na ordem de quase R\$ 2 milhões por ano aos catarinenses. Em São Paulo, a recuperação florestal de 4 mil hectares e a preservação das áreas naturais existentes levaria a uma redução de R\$ 219 milhões em custos com o tratamento de água ao longo de três décadas.

Isso porque a natureza não vê fronteiras: os benefícios de uma área preservada podem ser sentidos a quilômetros de distância. O relatório da Unesco também aborda esse conceito de integralidade dos serviços ecossistêmicos, mostrando que a chuva que abastece a Bacia do Rio da Prata vem da evapotranspiração da Bacia Amazônica.

É preciso lembrar que as Soluções baseadas na Natureza trazem ainda benefícios adicionais, como o sequestro de carbono, que reduz os gases de efeito estufa na atmosfera e os impactos da mudança do clima, maior desafio que a nossa sociedade terá de enfrentar nas próximas décadas. A implantação de ações baseadas na infraestrutura natural permitem a expansão de habitats para a biodiversidade, combatendo as duas principais causas de pressão sobre a biodiversidade apontadas pela Convenção da ONU sobre Biodiversidade, que são a degradação de habitats e a mudança do clima.

As Soluções baseadas na Natureza dependem de ecossistemas saudáveis e somente a proteção dos ambientes naturais garante que poderemos contar com a natureza para nos ajudar a ter melhor qualidade de vida nos próximos anos. A biodiversidade depende de nós para que seja preservada, porém nós dependemos ainda mais da biodiversidade para garantir a vida no planeta, tal como a conhecemos. Essa é outra boa notícia: só depende de nós mudar a forma como tratamos a natureza e o quanto poderemos contar com as soluções que ela nos oferece!

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/02/2019

Seção: Cidades

Autor: Augusto Fernandes

Título: MP quer interdição total da Barragem do Paranoá

Após o Governo do Distrito Federal anunciar a proibição do tráfego de caminhões na Barragem do Paranoá a partir de 1º de março, o Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) entrou ontem com uma ação civil pública na Justiça local cobrando que a medida seja válida para qualquer tipo de veículo, independentemente do peso. A sobrecarga da estrada é um dos motivos que põe em risco a integridade da represa, segundo os promotores que assinam o documento.

A ação é da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (Prodema). São alvo da peça o Distrito Federal, o Departamento de Estrada de Rodagens (DER-DF) e a Companhia Energética de Brasília (CEB). Segundo a Prodema, também houve falta de planejamento do governo local, em administrações anteriores, para controlar o adensamento populacional da região, com a criação de projetos como o Itapoã Parque, o Paranoá Parque e o Polo Tecnológico.

“A omissão dos réus é grave e deve ser prontamente corrigida pelo Poder Judiciário a fim de evitar tragédias e desastres causados pelo uso abusivo da estrada de serviço da Barragem do Paranoá”, afirmou a Prodema, por meio de nota oficial.

O processo tramita na Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF desde 1º de fevereiro. A ação também pede a construção de uma ponte entre a DF-001 (Estrada Parque do Contorno) e a DF-025 (Estrada Parque Dom Bosco), para desviar os veículos da Barragem. A Prodema quer ainda uma liminar para impedir que o GDF, o DER-DF ou a CEB instalem ou

autorizem qualquer empreendimento, obra ou serviço que aumente o trânsito sobre a pista do reservatório, até que a nova ligação esteja concluída.

No último sábado, o juiz Carlos Frederico de Medeiros, da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF, deu 10 dias para que os três réus da ação se posicionassem, antes de definir se concede a liminar à Prodema. Contudo, passado metade do prazo, GDF, DER e CEB disseram que ainda não foram notificados pela Justiça e, por isso, não prestaram esclarecimentos.

Restrições

A princípio, não está nos planos do Poder Executivo atender à exigência da Prodema de bloquear todo o trânsito na Barragem do Paranoá. “Será proibido o tráfego apenas de veículos pesados acima de dois eixos. Não recebemos nenhuma notificação do MPDFT para que seja interditada a passagem”, alegou o DER-DF, por nota.

No entanto, o órgão admitiu a possibilidade de construir uma ponte paralela à represa para viabilizar o acesso do Lago Sul ao Paranoá. “O DER-DF já realiza estudos para a construção de nova ponte de ligação entre a DF-025 e a DF-001 e tem previsão para execução dos projetos ainda em 2019”, afirmou o diretor-geral do departamento, Fauzi Nacfur Junior.

ntem, o DER-DF iniciou as obras de recapeamento asfáltico sobre a pista da represa — que tem 630 metros de extensão —, sinalização e limpeza das saídas de água (drenos). Os reparos devem ficar prontos em 15 dias (leia Para saber mais). Funcionários do órgão trabalharão todos os dias, das 9h às 17h. Até a conclusão do trabalho, o tráfego na barragem sofrerá alterações.

A cada cinco minutos, um dos sentidos era bloqueado para que os motoristas do sentido oposto atravessassem a pista, ontem. Com isso, os motoristas precisavam de paciência. Houve quem esperasse 40 minutos parado, como o funcionário público aposentado Izac Martins, 60 anos. Morador do Itapoã, ele acredita que a situação vai piorar a partir da próxima semana. “Começarão as aulas nas escolas públicas. Consequentemente, mais veículos estarão nas ruas. Se hoje (ontem) foi ruim, imagina daqui a alguns dias. Muita gente deverá se atrasar. Além disso, podem acontecer acidentes”, alertou.

O caminhoneiro Hélio da Silva, 59, teme a total interdição da barragem. Segundo ele, isso só traria problemas à população. “Todos precisariam percorrer uma rota maior para chegar ao Plano Piloto. Além de tempo, gastaríamos ainda mais combustível. Neste momento, como não há uma alternativa que compense, o trânsito aqui não pode ser bloqueado”, comentou.

“Uma ponte seria muito bem-vinda. Mas, até ela ser construída, vai demorar. Por isso, a barragem deve continuar aberta aos carros”, completou.

Para saber mais

Alerta após tragédia em Minas

Após a tragédia com a barragem de rejeitos em Brumadinho (MG), o GDF intensificou medidas de manutenção na Barragem do Lago Paranoá. Uma das preocupações dos técnicos é com a circulação de veículos na via — cerca de 26 mil por dia. O trânsito pode danificar a estrutura da represa, construída há 60 anos. Além da restrição a caminhões, uma das ações será reduzir a velocidade máxima da via de 50km/h para 40km/h. Mesmo com os alertas, a barragem não apresenta problemas graves que comprometem a segurança da estrutura. De acordo com a CEB, ela está no nível B, que significa categoria risco médio. A companhia classifica nível A como risco alto e nível C como baixo.

MME / ASCOM .